



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA



SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL



PREÇO AVULSO

Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500



COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRÁFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ANGOLANOS PARA O CONGO BELGA	<i>M. Nunes de Sequeira</i> Vice-Cônsul de Portugal em Boma
OPINIÕES ESTRANGEIRAS SÓBRE ANGOLA.....	***
1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA.....	***
PÁGINA LITERÁRIA—AQUELA NEGRA DO «QUISSANGE»...	<i>Hugo Rocha</i>
A PROTECÇÃO ÀS OLEAGINOSAS DAS COLÓNIAS.....	<i>Jorge Figueiredo de Barros</i> Presidente da Direcção da Associação dos Agricultores de Angola
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Grateen Candice e Alberto Bessa</i>
ESTAÇÃO ZOOTÉCNICA DO SUL.....	***
CRÓNICA DO MÊS	<i>Henrique Galvão</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
ESTATÍSTICA.....	***
PORTUGAL COLONIAL	

Uma carta mensal

de Portugal

para as **Pelo dr.
Agostinho
de
Campos**
Colónias

SE compararmos o idealismo cívico, sempre entretido com aquisições mansas, imediatas e práticas—e o idealismo político, fácil em tudo esperar das violências e catástrofes ao serviço das fórmulas, logo veremos como um e outro se afastam, nas suas maneiras e pendores.

Por exemplo:

O idealismo político é—quanta vez!—o infatigável e ingénuo plagiador do estrangeiro. Vê-lo-eis constantemente à janela, a espreitar o que se passa no mundo para aprender a última moda de arrumar a casa. Trabalho fácil, que dispensa estudo e invenção.

Assim instruído só com o cheirar os eflúvios reformadores que o vento lhe traz de fora e longe, este idealismo plagiário—espreita que espreita! fica doutor na arrumação da casa à turca, à russa, à alemã ou à chinesa. Entretanto continuará a casa desarrumada, se o espírito cívico não tratar, pelo seu lado, de espanar, varrer, cozinhar.

E, para isto, ainda é preciso que o janeleiro cábula não volte de quando em quando as costas ao seu peitoril, para vir cá dentro empatar as vazas ao civismo pacato, virando as cadeiras de pernas ao ar porque assim se faz em tal parte, ou atirando para o teto com a pá do lixo, sistema admirável usado noutro qualquer lindo sítio.

Assim se tem pretendido várias vezes fazer feliz uma nação sem olhar para ela, e até sem acreditar nela. Se se olhasse para ela, ver-se-ia que a condicionam realidades que é necessário estudar e ter em vista para as melhorar ou respeitar. E se se acreditasse nela, não se ligaria fé total e cega a experiências alheias, como se cada povo digno e capaz de viver não pudesse e não devesse encontrar, na higiene dos seus próprios órgãos e resistências, a possibilidade de viver melhor.

Por isso acontece quasi sempre que o idealismo político, depois de combater com denodo por uma Ideia com I grande (em geral estran-

jeira e mal copiada), se chega ao governo, encontra-se aí bem desamparada de ideias com i pequeno—as únicas dotadas de serventia prática, pois são essas as que se aparentam com o Real e o Concreto, e os podem modificar ou corrigir.

Daqui o vemos, salvo excepções raras na história recente de certos povos, que estes são, mediante etiquetas variadas, governados sempre por inspiração de dois tiranos dissolventes e anárquicos: o Atabalhoamento, e a Improvisação.

A partir do Constitucionalismo a nossa vida política está cheia de demonstrações desta verdade. Basta lembrar que, de 1820 a 1890, da primeira revolução liberal até o ultimatum britânico, Portugal foi governado como se não tivesse em África um grande império que lhe era necessário desbravar sob gravíssima pena de o perder. E assim o perdemos em boa parte, porque o idealismo político estava à janela, a ver com que fórmulas se governava a Inglaterra ou a França, e não o interessou verificar como elas iam desenvolvendo e alargando os seus domínios de além-mar, e entusiasmado para o mesmo jôgo a Alemanha e a Bélgica.

Outro aspecto:

Diz-se—e parece que com certa razão—que não temos bom escol dirigente, bastantes guias discretos da inteligência nacional ou do sentimento colectivo, aristocracia do Espírito equilibradamente idealista e prática para o governo mental, e portanto cívico ou político, da Nação ou do Estado.

Se assim é impõe-se aos empreiteiros da felicidade nacional por meio de fórmulas e receitas mais ou menos messiánicas e abstractas, um exame da sua própria consciéncia, uma desconfiança prudente das suas próprias ideias, ideologias e crenças, quasi tôdas medidas pelo que fazem e desfazem os outros.

¿Serão elas eficazes, aplicáveis, traduzíveis ao temperamento colectivo dos Portuguezes? E elles mesmos, os condutores e apóstolos do idealismo de fórmulas e catástrofes, ¿terão escapado por graça divina, à regra geral e triste de que nos falta um escol dirigente?

¿Com que direito se nomeiam a si próprios os únicos Nôes escapos ao dilúvio das más escolas e da insuficiente preparação intelectual?

Se entre nós predomina o lirismo, a superficialidade, a falta de acomodação da inteligên-

Exportação de Produtos Angolanos para o Congo Belga

Pelo interesse que oferecem e pela conveniência que ha em as divulgar publicamos as considerações feitas ao Consulado Geral de Portugal em Boma pelo Grémio Portugália a alguns importadores do Baixo Congo sobre a exportação de produtos angolanos para o Congo Belga, que devemos à amabilidade do Il.^{mo} Sr. M. Nunes de Sequeira, Vice-Cônsul de Portugal em Boma.

Pede-nos V. Ex.^a uma exposição sobre diversos assuntos interessando ao intercâmbio comercial de Angola e Congo Belga.

O assunto é, por demais, complexo para poder ser pôsto no curto prazo que nos é indicado.

No entanto, não quis o Grémio Portugália deixar de, na medida do possível, acorrer ao apêlo de V. Ex.^a

Por isso a dentro das possibilidades do exíguo tempo de que dispomos, aqui vamos registar impressões que são o produto duma observação directa, e de relações comerciais que já ha alguns anos aqui se vêm mantendo com Angola.

Essas relações, com sentido orgulho o dizemos, são devidas simplesmente à boa vontade e esforços do Comércio Português estabelecido no Baixo Congo.

Tem sido êle que, dentro dum indefectível princípio de patriotismo, com a vontade de participar no desenvolvimento da nossa rica Colónia, tem procurado lançar aqui os produtos da sua exportação, sempre que para tal se lhe fornece oportunidade.

Até aqui, salvo aquela maior ou menor colaboração do Comércio do Sul interessado na exportação, não tem o caso merecido a atenção das altas

esferas governamentais, circunstâncias que de certo muito prejudicialmente pode influir ou tem influido mesmo, na posição de Angola nos mercados do Baixo Congo.

Se bem que muitos outros produtos haja em Angola susceptíveis duma regular colocação aqui, a importação tem até hoje girado em volta quasi que apenas destes dois:

Gado e Peixe Sêco.

Principiemos pelo último que representa a cifra mais importante.

Se bem que a crise que atingiu o Congo Belga seja formidável, resultando na aniquilação duma grande parte do seu Comércio e consequentemente na redução da sua capacidade de consumo, a importação de peixe sêco de Angola é susceptível de grande desenvolvimento.

Tem o caso a sua explicação que a seguir damos:

A importação de peixe de Angola é de data relativamente moderna.

O seu consumo, por conseguinte, não está ainda generalizado.

Alimento barato e sadio, ha relativa facilidade em o impor, tanto mais que o indígena para êle se inclina e o Governo da Província do Congo-Kasai está fazendo uma campanha no sentido de intensificar o seu consumo, justamente por se tratar dum ÓPTIMO GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO.

Até aqui o seu consumo tem sido restrito a determinados lugares do Baixo-Congo do Congo Belga e da vizinha África Equatorial Francesa, mas dada a circunstância feliz que vimos de citar não será di-

cia às realidades, e outros vícios ou falhas mentais que por vezes parecem tocar as raízas da imbecilidade prática, da incapacidade de organização e até da loucura lúcida — convém que na fervura dos que fervem por ideias de transformação política ou social miraculosa êles próprios deitem a água refrigerante da reflexão, da modéstia intelectual e da auto-análise.

Outro aspecto mais:

A mentalidade política rústica é grande inventora de semi-deuses e de diabos inteiros ou mais do que inteiros. Depois, põe-se a adorar os semi-deuses ou trata de exorcizar os demónios que inventou. Pode até afirmar-se que é ela a única fábrica de religiões que actualmente funciona no Mundo, e assim faz perdurar ou ressurgir, na alma indecisa do homem médio, as superstições primitivas.

Pelo contrário o idealismo cívico, mais próximo do senso-comum, mais capaz de serenidade, sabe e vê, no contacto miúdo e actuante

com as obras boas ou más do homem médio, que há perniciosa miragem na amplificação mística das qualidades, defeitos ou possibilidades humanas; e que o nosso destino colectivo é quasi sempre (seja qual fôr a intervenção dos heróis com asas de anjo ou de morcego) a média que poderia chamar-se matemática das fraquezas e virtudes de todos.

O idealismo cívico acredita na educação e aspira simples e pacatamente a elevar essa média pelo processo comezinhamente aritmético — nada religioso, nada fanático, nada mitológico, nada místico, nada feiticeiral — de obter que no balanço de contas a coluna das virtudes mostre saldo político.

Por estes e outros motivos que aqui não posso reproduzir me parece que em Portugal se deve fazer cada vez mais civismo, e cada vez menos política. Assim o disse há días em palestra que fiz no Pôrto. Assim o registo aqui, com menos desenvolvimento e a mesma sinceridade.

fácil generalizar tal consumo nessas regiões e porventura, criar novos mercados no Alto Congo.

Tudo dependerá da preparação do produto e facilidades do seu transporte.

A qualidade de peixe sêco no Sul é, por via de regra, óptima.

Simplemente a sua exportação, por falta talvez dum contróle oficial, não tem obedecido a normas fixas que auxiliadas pela magnífica posição geográfica de Angola a possam impor, para um completo aproveitamento dêste mercado.

Nós explicamos a V. Ex.^a

A secação de peixe sêco de Angola é em muitos casos imperfeita, determinando a sua rápida deterioração.

As selecções das diversas qualidades de peixe também, por vezes, deixam a desejar, dando em resultado que as encomendas não são conscienciosamente executadas.

A embalagem é, sem dúvida, primitiva—não oferecendo a necessária resistência, para suportar as longas viagens que tem de fazer até à chegada ao respectivo destino.

Se estabelecermos confrontos entre o peixe importado do Sul e aquele que no Baixo Congo é recebido da Mauritânia e Canárias ao mesmo tempo que, com satisfação constatarmos que a qualidade do nosso é incontestavelmente superior não deixaremos de notar as circunstâncias que vimos de apontar.

E a influência que elas podem ter contra a importação de Angola não é por demais encarecê-la, porque sem dúvida as modernas concepções comerciais não se coadunam já com o atraso que tais factos representam.

Por consequência, para ser defendido e aumentado o excelente mercado que Angola aqui tem, é necessário modificar as condições de trabalho atuais que são falsas de toda a organização e baseadas no acaso, que só podendo servir aventureiros comerciais, é de todo incomportável ao Comércio que regula os seus actos por um estudo consciencioso das possibilidades do meio em que trabalha.

É-nos muito grato frisar aqui que excepções, e muito honrosas, se registam à forma pouco regular como no Sul se fazem fornecimentos para o Congo Belga.

Simplemente, essas excepções, podendo imprimir ordem e honestidade às suas transacções, não podem eximir-se a outros defeitos de ordem geral.

Pensa êste Grémio que, para se obter o desideratum já citado, se torna necessário atender aos pontos seguintes:

a) *Conseguir modificar os processos de trabalho no Sul, por meio dum contróle rigoroso que impeça toda a exportação de peixe que não esteja preparado em condições de poder prestigiar e reclamar a sua fonte produtora, devendo-se ter em conta que é muito mais difícil construir a boa reputação dum produto, do que arruiná-la para satisfação de interesses individuais de pessoas menos escrupulosas.*

b) *Obter a regularidade de transportes entre o Sul de Angola e o Congo Belga, indispensável ao regular intercâmbio das duas Colónias.*

Até aqui êsses transportes têm sido feitos por um barco de cabotagem da C. M. N.

E V. Ex.^a tão bem como nós o sabe, que isso seria caso para maldizer a sorte daqueles que têm relações comerciais com Angola, se não existisse o

recurso, não regular também, dos barcos alemães que fazendo escala, de regresso à Europa, pelo pôrto de Matadí, para ali carregam, facto êsse que atenua um pouco os embarços em que a irregularidade do serviço de cabotagem da C. N. N. coloca todos os que têm a infelicidade de estar à mercê dos atrasos, avanços e tudo mais que possa imaginar-se, do s/s SAVE.

E até a deslocação duma Colónia para outra de comerciantes, turistas, etc., apresenta ainda dificuldades incompreensíveis, se atendermos a que das facilidades que houvesse só poderia derivar uma maior aproximação comercial e, por consequência, uma maior soma de benefícios para o País que aproveita de tais relações e que neste caso é ANGOLA.....

Acêrca da importação de gado, se bem que a crise actual tenha diminuído por forma importantíssima o seu consumo, o certo é que ela representa ainda avultadas cifras a entrarem na economia angolana.

Angola é, por excelência, o mercado fornecedor do Congo Belga, que necessitará por longo tempo de ali se abastecer.

Neste caso, como no do peixe, as dificuldades de transportes, a sua absoluta irregularidade, são motivos de profundas perturbações na vida dos exportadores e na dos compradores, quasi totalmente portugueses. que nesta Colónia se dedicam à exploração de talhos.

Realmente, se tivermos em linha de conta a circunstância de se não poderem manter stocks de gado em Matadí e Léopoldville, por o clima e a falta de pastos tal não permitiriam, temos de concluir que só um serviço perfeito de transportes entre as praças exportadoras e as consumidoras poderá pôr os interessados a coberto de faltas ou de excessivas existências, circunstâncias qualquer delas nocivas, a primeira pela quebra de movimento que representa e a segunda pelos riscos que comporta, e que tão graves são que nenhuma Companhia de Seguros os quer cobrir.

Depois, a quando dessas faltas, o gado das criações que já existem em Boma (Companhia dos Produtos) e no Kizantu (Missão Católica) obtém colocação a preços muito mais elevados do que aquele porque aqui é vendido o gado de origem angolana, circunstância que diminuindo o algarismo da importação de tal origem, desperta ainda *apetites*, que se traduzem em factos como aquele que vamos expor a V. Ex.^a

A importação de gado de Angola era feita até aqui livre de todos e quaisquer direitos de entrada.

Ultimamente os importadores foram surpreendidos com a lei pública no B. A. C. de 10 de Abril passado, da qual aqui juntamos uma cópia, pela qual V. Ex.^a verificará a forma e o título a que foi criada uma taxa remuneratória, que em última análise, parecendo ter um carácter geral, só atinge os exportadores de Angola.

Ora esta medida, deve constituir, única e exclusivamente, uma protecção às entidades já citadas, protecção que de resto seria incompreensível — por ser uma defesa da economia do País — se elas estivessem em condições de poderem assegurar o abastecimento do Baixo Congo.

Mas, como não é êsse o caso, — asseguramo-lo através de informações de entidades belgas interessadas no assunto — representa o facto uma anomalia

de exclusivo proveito para uma ou duas entidades que poderão desfazer-se em alguns meses, a bom preço, dos seus stocks de GADO.

De resto o motivo que se dá para justificar a medida tomada é puéril.

O Congo Belga tem medo de importar gado infectado e toma disposições para o evitar. Até aqui tudo muito bem.

O gado vem infectado ou não, e depois de passar pelo «banho lustral», que neste país será o pagamento de 200 francos por cabeça, fica logo bem...

O facto representa um prejuízo para a exportação angolana que verá diminuída a sua acção neste mercado, para os marchantes portugueses belgas, que passam a comprar mais caro e a serem obrigados a mais fortes immobilizações, e, em resumo, para o grande público que nos tempos maus que vão correndo se defenderá abstendo-se do consumo de carnes, que se até aqui era cara o passará a ser ainda mais.

Nós vímos de falar em immobilizações a que os compradores de gado aqui são forçados, o que talvez não pareça explicável a primeira vista, razão porque vamos aclarar a nossa afirmação.

Quasi todas as casas fornecedores de gado do Sul de Angola, têm aqui representação própria, certamente no desejo de intensificarem as suas vendas, por meio duma concorrência constante no mercado.

As dificuldades do Mundo inteiro, que tão duramente aqui se têm feito sentir, determinam a necessidade de vender a largos prazos, 60 a 90 dias!

Veja V. Ex.^a a immobilização formidável que tal circunstância representará, mesmo que não tenhamos em linha de conta as despesas a pagar por direitos de exportação e fretes em Angola e se tomarmos, para o caso que vamos citar, simplesmente a taxa de remuneração criada agora pelo Governo Belga, e as habituais despesas de manutenção em Matadi e transportes em Caminho de Ferro até Léopoldville.

Teremos, nessa hipótese, para uma remessa de 50 bois que em Kin não renderá mais do que 50.000,00 francos uma despesa de 20.000,00 francos de que o importador fica desembolsado, durante o prazo que concedeu ao marchante para pagar.

De resto, a medida que vimos discutindo — que não sabemos se estará adentro do espirito das Convenções que regulam as importações na Bacia Convencional do Congo — *é baseada em informações sobre pretensas moléstias que grassam no gado de Angola, quando loda a gente sabe que os Serviços Veterinários dessa Colónia, num espirito de honestidade de processos, que só pode dignificar, só permitem a exportação do gado em magnificas condições sanitárias.*

Conseguir, pois, a anulação de semelhante medida seria do maior interesse, avultando sobretudo a circunstância de não se criar um princípio que poderá, muito bem, servir de base para um tratamento igual ao que agora se arranjou para o gado, se aplicar ao nosso peixe (peixe de Angola), circunstância que, como V. Ex.^a poderá calcular, seria dos mais desastrosos efeitos.

Sabemos oficialmente que as autoridades de Boma sugeriram ao Governo Geral a criação duma taxa para a importação de peixe, sugestão que só não foi aceite por colidir com o espirito da medida governamental que já atrás referimos.

Voltaremos ainda à questão de transportes, devendo dizer a V. Ex.^a que a sua demora é, neste caso,

dos mais desagradáveis efeitos. Já algumas vezes se registam demoras de Mossamedes a Matadi de 12 a 15 dias.

Veja V. Ex.^a, o que isso não representará de quebra com todos os seus prejuízos, e a *aparência miserável que o gado tem quando chega ao local de consumo.*

Mais artigos ha, que aqui poderão ter bom mercado. Um vamos citar.

O Sal.

O sal de Angola, a tão pequena distância como está, poderá facilmente concorrer com o que hoje se importa originário de Espanha e outros mercados.

O sal que, embora em pequenas quantidades, para aqui vem proveniente das salinas do Capulo, tem já uma embalagem apropriada e é de óptima qualidade.

Se fôsse possível secá-lo melhor, dando uma maior grossura aos seus cristais, estamos convictos de que um mercado importante êle aqui criaria (no Congo Belga).

Tambem com um regular serviço de transportes seria possível a colocação de

Criação, Banha (devidamente embalada, evidentemente) — *Viveres frescos, etc.*

Como já dissemos a V. Ex.^a é muito complexo o problema de que estamos tratando, que por consequência não cabe nos limites acanhados desta carta.

Nela pretendemos apenas dar uma idea da situação actual de Angola no mercado congolês e das possibilidades de desenvolvimento de tal mercado.

O primeiro factor a impor a um País exportador é a lisura das suas transacções e a excelência dos seus prodylos.

É necessário que os exportadores do Sul de Angola se convençam dos perigos que correm não cuidando com a devida atenção das suas indústrias de peixe.

Dois exemplos lhe citaremos:

O Caminho de Ferro do Congo, um antigo cliente dessa Colónia, com um consumo mensal de cerca de 400 malas, abandonou-a pelas razões já citadas e está a importar peixe das Canárias.

Uma casa portuguesa desta praça, que tem relações comerciais e amistosas com a maior empresa comercial e industrial do Congo Belga, procurou por várias vezes e já de ha muito tempo vender-lhe peixe de Angola, em substituição do que a dita empresa importa da Escócia. À parte uma ou outra transacção, devida a circunstâncias excepcionais, nunca lhe foi possível chegar a negócios regulares pelas razões constatadas.

EMBALAGEM INSUFICIENTE PARA AS VIAGENS E IMPERFEITA PREPARAÇÃO, determinando uma rápida deterioração.

São casos eloquentes que dispensam comentários.

Das Firmas:

NUNES & FREITAS — Boma
A. ROLÃO . . . — Boma
E. D. MACHADO . — Boma

São dois por assim os mercados importadores de peixe sêco no Congo Belga, a saber:

Boma, pelo qual é servido o seu hinterland, o comércio da linha férrea de Matadi a Léopoldville,

a margem direita do Rio Zaire até Banana e já por vezes Ponta NEGRA (A. E. F.)

Léopoldville, que serve ao hinterland e Brazzaville, capital da África Equatorial Francesa.

Este último só ha alguns anos tem intensificado o consumo.

Dêstes dois mercados o mais importante é sem dúvida Boma, considerado desde ha muitos anos como o grande mercado de peixe sêco vindo da Colónia de Angola, não só pela grande área da região que serve, como por ser o terminus de uma navegação à vela muito importante procedente especialmente de Mossamedes.

A importação por êste pôrto atinge cêrca de 75% (setenta e cinco por cento) de peixe exportado de Angola.

A crise que ultimamente tem avassalado os países coloniais tem tido como consequência a redução de consumo de peixe como de todos os outros artigos.

Para supri-mos na medida do possível esta insu-ficiência de consumo precisa o negócio do peixe de ser tratado com inteligência e critério para que, não o deixando cair numa desvalorização anormal, não se vá também com exigências demasiadas, preparar o terreno para a entrada no Congo Belga de mercadorias estrangeiras, facto aliás já constatado e que continua a ser constantemente oferecida.

É necessário seguir as normas adoptadas por todo o Mundo produtor, cujo principal fim é a organização da produção de forma a poder colocá-la ao preço mais baixo possível sem deixar de ter em conta a boa qualidade.

Para chegarmos a êste fim seria indispensável fazer compreender aos Industriais a necessidade de uma selecção e preparação tanto quanto possível perfeita.

É absolutamente necessário que o PEIXE obedeça a êstes dois factores:

APRESENTAÇÃO e CONSERVAÇÃO

e isso obtém-se facilmente pelos processos que já hoje não são segredo para ninguém.

Os pescadores que não estejam apetrechados para o fazer não lhes deve ser permitida essa operação, limitando-se à pesca e venda em fresco.

Aos peixes tais como carapau, cavala, sardinha, tico-tico e outros inferiores a 20 centímetros e ainda a «merma-gorda», cujo preço de venda no exterior não pode compensar sequer, devido à sua qualidade inferior, as despêsas de preparação, embalagem, direitos de exportação e frete, devem ser aproveitados apenas para o consumo interno de Angola, onde têm aceitação, e banidos dos mercados exteriores, salvo por encomenda firme.

Nos tempos prósperos, São Tomé consumiu muito dêstes peixes.

Com a desvalorização dos seus produtos reduziu extraordinariamente a sua importação e todo o que deixou de consumir passou a ser enviado para BOMA, sem que alguma casa importadora o pedísse, que assim se viu sempre abarrecada e sacrificada com a quasi totalidade da produção de Angola nessas qualidades de que resultam baixas de preços constantes que muitíssimo têm prejudicado os importadores de Peixe ali estabelecidos.

Do exposto se conclui que a prosperidade desejada no Sul de Angola, está apenas nas mãos dos Industriais de Pesca sobretudo nos ditos pequenos, que pelo seu número elevado e conhecimentos res-

trictos, não podem atingir o alcance do interesse geral do qual seriam os primeiros a indirectamente beneficiarem.

Uma vez adoptadas medidas criteriosas, como sejam, conforme atrás dizemos, eliminação de determinadas qualidades e preparação cuidadosa pelas Indústrias apetrechadas para tal fim, é nossa opinião que a situação se modificará oferecendo a todos o bem-estar ambicionado.

Como importantes Importadores que de há muitos anos nos vimos dedicando a êste ramo de negócio, continuaremos a empregar toda a nossa boa vontade na colocação dêste rico produto de Angola, contribuindo desta forma para o seu maior desenvolvimento.

Esta curta exposição que o limitado espaço de tempo de que dispuzemos, não permitiu que fôsse mais desenvolvida, como era nosso desejo, é a satisfação do apêlo com que V. Ex.^a quis ter a gentileza de nos honrar.»

Boas Festas

A «Portugal Colonial» deseja a todos os seus leitores, assinantes e anunciantes da metrópole e das colónias felizes festas do Natal e um ano novo cheio de prosperidades.

Opiniões estrangeiras sobre Angola

O «Bulletin Commercial», órgão hebdomadário do «Office Commercial de l'État». Belgica, transcreve parte de um relatório do Consulado da Belgica no Lobito, acêrca do comércio externo de Angola, durante o ano de 1932.

Extraímos dêsse documento as seguintes passagens:

«As primeiras informações officiais publicadas sobre o comércio exterior de Angola, em 1932 fazem resaltar — em relação ao ano precedente — um apreciável aumento na importação e uma ligeira diminuição na exportação.

O comércio especial, no seu conjunto, atinge uma cifra superior à do exercício de 1931. Os números relativos aos três últimos anos são:

Anos: 1930 — Importações: 245 milhões 632.206\$00; Exportações: 233 milhões 215.340\$00; Totais: 478.847 mil 546\$00; 1931 — 146.964.394\$00; 203 milhões 334.105\$00; 350.298.498\$00; 1932 390.585.338\$00

Os resultados do ano em referência accusam um aumento de 40.286.860 angolares, ou mais de 10% sobre 1931, e uma diminuição de 88.262.188, ou cêrca de 20% em relação a 1930.

Tendo em conta a depressão económica mundial, a crise que Angola atravessa e a restrição dos créditos bancarios, o balanço do ano findo deve considerar-se como dos mais satisfatórios. Mostra, acima de tudo, as possibilidades que esta bela colónia oferece para o dia em que marcadamente as cotações dos produtos se revalorizem. Observamos que Angola, com as suas por assim dizer illimitadas perspectivas, tanto no domínio industrial como no agricola, tem na sua frente um futuro brilhante.

Além disso, a solução dos diferentes problemas que foram submetidos às deliberações da primeira Conferência Imperial Portuguesa, realizada em Lisboa, não deixará de dar um novo impulso ao desenvolvimento económico dêste imenso território.»

1.^a Exposição Colonial Portuguesa

E NTRARAM numa fase de grande actividade os trabalhos de preparação da Grande Exposição Colonial Portuguesa que no ano próximo vai ter lugar no Porto.

Foram iniciadas, a construção do Monumento da Colonização Portuguesa, as obras de revestimento da fachada principal do Palácio, das aldeias indígenas de Timor e de Angola, de adaptação do Palácio à representação oficial etc.

O facto de ser esta a primeira Exposição Colonial que se realiza em Portugal, suscita por toda a parte, como é natural, um interesse excepcional. Pela primeira vez se vai para um grande acto de propaganda dos nossos domínios de Além-Mar e que será também a grande lição de colonialismo que é preciso dar ao povo português.

Outro interesse tem a nossa Exposição: Pela primeira vez também se abandona a usual técnica representativa dos pavilhões ou salas de cada colónia. Na 1.^a Exposição Colonial Portuguesa o Império vai ser representado num grande conjunto de todas as suas actividades e possibilidades de modo a dar aos visitantes uma idéa perfeita da grandeza, do valor do nosso esforço colonial e de tudo que há a esperar do desenvolvimento normal da política de reconstrução que se está seguindo nas Colónias.

Não permitem os nossos recursos, sempre insuficientes para a realização de maravilhas de estética, levantar uma Exposição no género das últimas grandes Exposições Internacionais; certames destinados a impressionar pela exuberância e riqueza dos seus elementos materiais. Não o podemos fazer — não o devemos fazer numa época em que o dinheiro não se pode aplicar senão em perfeita harmonia com os resultados práticos que dele há a esperar.

A nossa Exposição vai ser, a-pesar-do esforço que se está fazendo para que apareça bela, movimentada e decorativa, modesta em relação às realizações de Paris, Sevilha e Barcelona.

Mas se não pode na sua apresentação constituir deslumbramento para olhos habituados a deslumbrarem-se perante outras maravilhas, se não alcança a forma exterior das grandes exposições internacionais, poderá ser, todavia, na sua técnica e na organização de lição que pretende dar, um acontecimento de maior valor do que o têm sido as últimas grandes Exposições Coloniais.

E aqueles que não poderem deslumbrar-se poderão decerto aprender.

O sr. Ministro das Colónias que desde o princípio tem manifestado pela realização da Exposição o maior interesse, visitou as obras no fim do mês passado, tendo regressado a Lisboa com a melhor das impressões.

Das Colónias começam a chegar notícias e elementos de exposição que permitem desde já dizer que a sua representação será inteiramente digna do

notável progresso que têm alcançado nos últimos 56 anos.

1.^a Exposição Colonial Portuguesa

Visita do sr. Ministro das Colónias ao Palácio de Cristal

No dia 29, o Ministro das Colónias, sr. Dr. Armindo Monteiro, acompanhado do sr. tenente Henrique Galvão, tomou o *rápido* de manhã, para o Porto, a fim de examinar os trabalhos da Exposição.

Chegando àquela cidade, logo se dirigiu para o Palácio de Cristal, onde foi recebido pelos srs. tenente-coronel Garcez de Lencastre, director da Agência Geral das Colónias; António Domingues de Freitas e Jorge Viterbo Ferreira, da comissão administrativa da Câmara Municipal, e pelos representantes das associações económicas desta cidade.

O sr. Dr. Armindo Monteiro, que se demorou, quer no edifício quer nos esplêndidos jardins que o envolvem, até quasi à hora de regressar a Lisboa, realizou uma visita minuciosíssima, durante a qual examinou os planos do certame, discutiu pormenores e sugeriu algumas idéas.

A exposição, — no pensamento do sr. Ministro das Colónias, — deve ter sobretudo fases didáticas. A indústria mineira do Ultramar procurará demonstrar as possibilidades do Império e incluir a patenteação dos trabalhos científicos portugueses no seu domínio realizado. Uma parte importante estará reservada à exploração de diamantes e deve acentuar a necessidade do caminho de ferro de Bembe a Luanda.

Tratando da representação militar, o sr. Dr. Armindo Monteiro entendeu que ela deve corresponder à importância que representa o Exército no domínio português de além-mar, e sobre o assunto trocou impressões com o sr. brigadeiro Schiapa de Azevedo, antigo ministro da Guerra e actual comandante da 1.^a Região Militar, que havia ido ao Palácio de Cristal a fim de apresentar cumprimentos.

O sr. Dr. Armindo Monteiro sugeriu também, a conveniência de ser exposta a nova divisão administrativa das colónias. Declarou que de S. Tomé virão os canhões antigos que ali se encontram e lembrou que na Exposição não deverá esquecer-se a colonização portuguesa no Brasil.

O local onde vai ser instalada a aldeia de Angola, com uma estrada, horta e pomar, mereceu atenção ao sr. Ministro das Colónias que recomendou a representação das espécies raras da nossa fauna colonial, destacando as célebres palancas negras, que são exemplares únicos em todo o Mundo. Na representação da Índia, não faltarão as bailladeiras, e a casa de Timor será construída — como ficou resolvido —, em uma das grutas, junto ao lago. Neste ficará instalada a aldeia lacustre da Guiné, com as embarcações características dos indígenas de Bijagoz — dongos e beiros — e nela figurarão, também, dôze jacarés vivos. Dentro da gruta, que, de noite, será iluminada com projectores, serão inscritas, em placas, as principais datas da nossa história colonial.

Foi escolhido o terreno para o traçado do Caminho de Ferro de Benguela, em via reduzida.

O sr. Ministro das Colónias visitou a gruta de Camões, junto à qual será construída a aldeia daquela colónia, e instou para que se organizassem excursões, no maior número possível, de escolas do País para visitarem a Exposição.

A cerimónia diária de homenagem á bandeira nacional será feita junto da nave direita, sendo o local decorado, possivelmente, com uma alegoria aos soldados negros, para o que vão ser convidados vários arquitetos e escultores.

Ao sr. Dr. Armindo Monteiro foi, por último, oferecido, pela comissão executiva da Exposição, um "Porto de honra", mostrando-se o sr. Ministro das Colónias satisfeito com o estado de adiantamento, tendo à noite embarcado para Lisboa, na estação das Devezas, onde lhe foram apresentar cumprimentos de despedida a comissão executiva da Exposição, os representantes da Câmara Municipal e das associações e outras individualidades.

Reunião no salão nobre do Centro Comercial do Pôrto

De O Comércio do Pôrto, de 5 de Novembro:

«A reunião que O Comércio do Pôrto anunciara e que, ontem, se realizou no salão nobre do Centro Comercial do Pôrto, assistiu um público de escol, recrutado, principalmente, no alto comércio e na alta indústria desta cidade.

Presidiu António de Oliveira Calem, o presidente da direcção da Associação Comercial do Pôrto e do Movimento Pró-Colónias, distinto, *gentleman*. À sua direita, os srs. tenente-coronel Garcez de Lencastre, Agente Geral das Colónias; Ricardo Spralley, presidente do Instituto do Vinho do Pôrto; Jorge de Viterbo Ferreira, membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Pôrto e, também, daquele Instituto. À sua esquerda, os srs. António F. Domingues de Freitas, vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Pôrto, presidente da direcção do Centro Comercial do Pôrto e vice-presidente do Movimento Pró-Colónias; Mimoso Moreira, adjunto da direcção da I Exposição Colonial Portuguesa e chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias; Raúl de Sousa Ferreira, presidente da Associação dos Comerciantes do Pôrto; Antero Pacheco da Silva Moreira, membro da direcção do Movimento Pró-Colónias; e Eduardo Lopes, secretário da I Exposição Colonial Portuguesa e chefe da secretaria do Centro Comercial do Pôrto.

Aberta a sessão, o sr. António Calem, em breves e concisas palavras, lavrou o seu agradecimento a todos quantos têm feito vingar a iniciativa do Movimento Pró-Colónias. Aludindo à acção deste organismo, saudou, especialmente, o nome de António F. Domingues de Freitas, para quem o Movimento Pró-Colónias tem constituído um dos mais constantes e estremecidos sonhos de toda a sua vida. Saudou, também, o sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, destacando o seu belo entusiasmo pela Exposição que vai realizar-se.

O sr. tenente Henrique Galvão, colonialista e escritor distintíssimo, a quem foi cometido, pelo Governor, o espinhoso encargo de dirigir a I Exposição Colonial Portuguesa, levantou-se, então, para expôr, em sínteses claras e significativas, o que já foi feito e o que se projecta fazer, no que respeita à grande Exposição.

Serenamente, começou por dizer que aquela reunião era, na verdade, o primeiro acto público da Exposição Colonial, demais que era a primeira vez que os técnicos da Exposição se encontravam, para troca de impressões, com os expositores, directamente interessados no que se vai fazer. Fala, a seguir, da propaganda que, no fim do mês corrente, começará a ser intensamente feita, por todos os meios de que possa dispôr-se. Esta propaganda, dando o extraordinário vulto da iniciativa a corporizar, não abrangerá, apenas, o País, estendendo-se, dum modo especial, às Colónias e indo, até, ao estrangeiro. As províncias espanholas limítrofes de Portugal, sobretudo a Galiza, serão alvo especial desta propaganda intensa.

Depois de elogiar a acção do Movimento Pró-Colónias e de se referir, censurando-o, ao sentimentalismo que era, outrora, a base de toda a nossa propaganda colonial, acentua que a Exposição pretende ser a manifestação prática e séria de todas as actividades coloniais do nosso tempo.

Destaca o apoio prestado pelo ilustre titular da pasta das Colónias que já visitou o recinto destinado à Exposição e que, brevemente, voltará ao Pôrto para se inteirar, *in loco*, dos trabalhos efectuados e a efectuar. Descreve, depois, quais os trabalhos de ordem material, a realizar no Palácio de Cristal, de forma a tornarem este belo e grandioso recinto capaz de albergar uma iniciativa como a que vai ser posta em prática. Esclarece que os trabalhos no lago estão já concluídos, devendo, na semana útil que, amanhã começa, ser encetados os grandes trabalhos de montagem. Também os trabalhos da secção cultural vão ser grandemente activados, por todo o mês corrente.

O sr. tenente Henrique Galvão acentua, depois, a importância nacional que cabe ao certame e frisa, particularmente, que, atendendo ao prestígio de que o Pôrto goza em todo o País, se espera já, por toda a parte, que a Exposição terá de ser muito boa. Pela primeira vez — acrescenta — se vai realizar uma Exposição subordinada a uma ideia nitidamente nacional. Alude ao carácter exhibicionista das exposições em que Portugal tem participado e estabelece o conforto com a grande exposição que se vai realizar, no próximo ano, na capital do Norte.

Técnicamente — diz — a I Exposição Colonial Portuguesa diferirá de todas as anteriores.

E o sr. tenente Henrique Galvão expõe, então, ampliando-o com pormenores de importância, o panorama das realizações que o futuro certame comportará e a que O Comércio do Pôrto deu já, oportunamente, o merecido relevo.

As magníficas condições do Palácio de Cristal, que o tornam único no País, permitem que seja posto em prática um plano grandioso.

Sobre uma planja colocada na parede, aponta a localização das várias secções principais da Exposição. Alude à modificação importante que terá de sofrer a fachada principal, à secção retrospectiva que preencherá o *hall*, às realizações coloniais dos últimos 50 anos, que irão ocupar a nave.

Compara, a propósito, o esforço colonial português com o das outras nações, salientando a importância do que temos feito nas nossas Colónias.

Depois de descrever o que será feito no palco e de se referir aos 15 grupos que vão ocupar a nave, permitindo uma visão completa e o mais perfeita possível do Portugal ultramarino, explica que, na nave lateral esquerda, ficarão instalados os produtos metropolitanos de exportação para as Colónias e, na nave lateral direita, os produtos coloniais que interessam à indústria metropolitana. Sobre este assunto, lembra que o espaço é pequeno, sendo, por conseguinte, necessário fazer uma selecção. Todos os produtos deverão estar representados, cabendo a cada indústria o seu lugar.

Fora, no amplíssimo recinto ao ar livre, poderão os expositores, sem que isso fique mais caro do que no edifício do Palácio, ter as suas instalações de propaganda.

Para compensar aqueles que tiverem de ocupar espaços nos terrenos de 3.^a classe, destinará a estes terrenos as principais atracções da Exposição, como, por exemplo, algumas das aldeias indígenas. E, a propósito, anuncia que, de todas as colónias portuguesas, desde Cabo Verde a Timor virão representações etnográficas que constituirão, sem dúvida, para o grande público, o maior atractivo da Exposição. Haverá, assim, 8 aldeias indígenas, das mais típicas das respectivas Colónias, das mais pitorescas, portanto.

Importa, porém, que os interessados tomem as resoluções que lhes cabem, o mais breve possível, por que a Exposição abrirá, imprevisivelmente, no dia 15 de Junho do ano próximo. Os prazos marcados não podem — afirma — ser prorrogados.

Como nota de grande interesse, acrescenta que virá figurar na Exposição uma companhia completa — 3 pelotões de 36 homens cada um — de *landins*, de Moçambique, que são os melhores soldados de todo o Império, de todo o Exército português.

Após a clara e brilhante exposição do sr. tenente Henrique Galvão, usou da palavra o sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, para agradecer o esforço envidado no sentido do êxito do futuro certame e para saudar o Movimento Pró-Colónias e aqueles que têm sido a sua mola real.

Em seguida, o sr. engenheiro Xavier Esteves, presidente da direcção da Associação Industrial Portuguesa, afirmou formar o propósito de convocar os associados daquele organismo a fim de estudar a representação da nossa indústria na Exposição Colonial.

Sobre o assunto pronunciaram-se, ainda, os srs. Ricardo Spralley, Jorge de Viterbo Ferreira, Cunha Reis, João Moreira da Silva e engenheiro Mário Barros, ficando assente, após as impressões trocadas com o sr. tenente Henrique Galvão, que a Associação Industrial Portuguesa, em assembleia-geral dos seus membros, estude a forma de se instalar a representação das indústrias metropolitanas na citada nave lateral esquerda do Palácio de Cristal, que, como atrás dissemos, a elas é destinada.

E o sr. António Calem encerrou a sessão com votos do melhor êxito para os trabalhos que vão ser efectuados na futura I Exposição Colonial Portuguesa.»

A instalação dum jardim colonial

Esteve no dia 30 de Novembro do Pôrto o sr. professor Oliveira Fragateiro, lente do Instituto Superior de Agronomia e director do Jardim Colonial, que àquela cidade foi estudar a instalação, no jardim e estufa do Palácio, de espécimes da flora tropical. Visitou aquele parque, acompanhado dos srs. Agente Geral das Colónias, tenente Henrique Galvão e dr. Luiz Virgolino, da Câmara Municipal, tendo no final manifestado a opinião de que a estufa do Palácio é aproveitável, depois de sofrer algumas reparações e de nela ser instalado um calorífero.

No Jardim Tropical virão a figurar, além de outras, as seguintes plantas: bananeira, baunilha, cacau, algodão, tabaco, sizal, chá, palma e café. Estas plantas e produtos tropicais ficarão no Pôrto, constituindo um valioso elemento de estudo.

O professor Fragateiro tenciona mandar plantar junto às aldeias indígenas, mandioca, sorgo, batata doce, etc.

Congressos

Está assente a realização de seis importantíssimos congressos durante o tempo que durar o certame e o Congresso de Medicina

(Conclue na página 15)

Página literária

Aquela negra do “quissange”

¿Negra? Talvez. Mas Deus, tornando-a, assim,
da cor da Imensidade escura e infinda,
qui-la tornar mais perturbante ainda,
mais misteriosa e tentadora, enfim!

¿Formosa? Não. De resto, a formosura,
a pureza das linhas impecáveis,
não têm êsses encantos insondáveis
daquele corpo de epiderme escura. . .

Os olhos—dois diamantes em fusão,
num fogo inquieto que fascina e prende—,
na negrura dum rosto de tição,
lembram as chamas que Satan acende.

Ó! e os seus braços venusinos, quando
estreitarem alguém ao peito ardente,
hão-de imprimir, qual ferro incandescente,
indeláveis estigmas, abrasando. . .

Quando as mãos negras lhe erram, em carícia,
sobre o *quissange* melodioso e triste,
roça-nos, logo, um sopro de delícia,
como outra, com certeza, não existe. . .

E, ouvindo e vendo essa mulher bizarra,
mármore negro em geitos de setim,
logo nos preia n'alma aquela garra
que preia a vida tôda, até ao fim. . .

¿Negra? Talvez. E eu quero-a comparar,
—essa estranha figura de mulher—
a uma brasa vermelha, a crepitar,
que enegreceu, depois de tanto arder!

*Do livro, recentemente publicado,
de Hugo Rocha Rapsódia Negra*

ENTRE os géneros coloniais, os que mais têm sido prejudicados pelas vicissitudes derivadas da crise são talvez as oleaginosas.

Assim o óleo de palma que antes se chegava a vender por 50 a 55 escudos os 15 kgs. tem hoje a cotação de 21 a 22 escudos em Lisboa.

O coconote que se vendia de 28 a 33 escudos, não vale agora em Lisboa mais que 15 a 16 escudos a arroba.

Com tais cotações é absolutamente impossível manter-se este ramo da exploração agrícola, porque só as despesas do transporte desde o local da produção até à Metrópole absorvem 66% do produto da venda do óleo e 93% para o do coconote, como passamos a provar, tomando como exemplo o caso de qualquer Fazenda do Libolo, por ser dessa região

Como ilucidação damos nos anexos I e II a descriminação das despesas de produção em duas fazendas situadas no Distrito do Cuanza-Norte, a uma distância relativamente pequena de Luanda, não dando idéntica descriminação a respeito de Fazendas de Libolo, por não termos êsses elementos, mas estamos convencidos de que não deverão diferir muito dos que apresentamos.



Pelo que respeita ao coconote, as despesas de embalagem, transporte e despacho são, no seu total ags. 14,44 por arroba, diferindo das do óleo de palma unicamente pela diferença de frete marítimo, que para o coconote é de ags. 2,80 em vez de ags. 2,65.

Dêste modo só as despesas acima mencionadas representam 93% do preço de venda em Lisboa (Esc. 15\$00 ou Ags. 16,38), ficando para pagar a produção e, eventualmente o lucro do exportador apenas ags. 0,94 que não paga as despesas de exploração, visto que estas regulam por ags. 9,42 por arroba, como se vê descrimadamente no anexo III, que é referido, como os outros dois anexos, a uma Fazenda do Cuanza-Norte.



A Protecção às oleaginosas das Colónias

POR JORGE FIGUEIREDO DE BARROS

(Presidente da Direcção da Associação dos Agricultores de Angola)

que temos dados mais completos, e referindo-nos sempre a 15 quilogramas daquelas mercadorias.

Óleo de palma

	ags.
Vasilhame.....	2,25
Transporte em camionete até ao Dondo.....	4,50
Idem até Luanda pelo Rio Cuanza.....	2,25
Despacho aduaneiro, 8,5% ad-valorem.....	1,28
Carga.....	0,45
Descarga em Lisboa.....	0,51
Frete marítimo.....	2,65
Despachante.....	0,23
Aceitação.....	0,02
Seguro.....	0,15
	<hr/> 14,29

Supondo a diferença cambial de 2,5% entre o escudo e o angular o preço de venda equivale a ags. 21,53.

Verifica-se, pois, que só com o transporte, embalagem, despesas de exportação etc., se gastam 66% do produto da venda.

Ficam 34% ou sejam ags. 7,23 para pagar as despesas da produção e o lucro de exportador.

Ora, como essas despesas não podem hoje ser inferiores a ags. 9,35 por arroba, havendo casos sem dúvida numerosos em que elas ascendem a ags. 12,52, esta exploração, com as actuais cotações só pode dar prejuízo, a não ser para algumas fazendas que, por uma privilegiada situação de proximidade em relação aos centros consumidores da própria Colónia encontram ainda em Angola colocação para os seus produtos.

Considerando que as oleaginosas figuram entre os produtos agrícolas mais abundantes da Colónia, é absolutamente necessário encontrar um remédio para esta situação, que de novo as valorize.

Esse remédio pode consistir em diminuir um pouco, se for possível, as despesas de produção e as de transporte, e em aumentar as cotações na Metrópole.

Afigura-se-nos ser este último e mais eficaz, tendo em vista que a baixa das cotações tem sido ultimamente provocada principalmente pela introdução em Portugal, a baixos preços, de óleos provenientes do Oriente e do babaçu.

Nestas condições o que se torna indicado é elevar os direitos de importação na Metrópole dos óleos e sementes estrangeiros, de forma que a indústria nacional deixe de os preferir às oleaginosas coloniais.

É o que tão acertadamente fez ainda há pouco o Governo Central para salvar a cultura algodoeira, e é o que pode igualmente salvar a exploração das oleaginosas, reduzindo consideravelmente a importação do estrangeiro, que em 1931 foi de 49.642 contos.



Resta ver qual é o efeito que uma tal medida pode ter no nosso problema.

Se o Governo se limitar a elevar os direitos às oleaginosas estrangeiras criando, com os fundos assim cobrados um prémio de compensação para os fundos das Colónias, os industriais da Metrópole restringirão o consumo das primeiras e aumentarão

o das segundas continuando a pagá-las pelas suas actuais cotações.

Passando-se assim as coisas, e sendo o prémio estabelecido suficientemente compensador, os produtores Coloniais ficarão satisfeitos, porque com o que receberem dos industriais e o que receberem como prémio terão pagas as suas despesas e colherão um pequeno lucro.

Mas convirá isto?

Supomos que não, e que será preferível que o Governo, ao mesmo tempo que estabelecer o prémio para a produção fixe também as cotações de venda das oleaginosas na Metrópole, de forma tal que o prémio-compensação para os produtores não precise de ser muito grande, que a produção passe a ser lucrativa, e que a indústria metropolitana não fique também demasiadamente onerada.

A solução justa será aquela que permita uma repartição equitativa dos encargos e das vantagens entre os industriais da Metrópole e os produtores das Colónias.



É também de toda a conveniência; se fôr estabelecido o prémio a que aludimos, e fixadas as cotações da forma mais vantajosa para os produtores, que esses benefícios aproveitem principalmente aos produtos de boa qualidade, para que aquelas medidas de protecção sirvam de incentivo também ao aperfeiçoamento dos produtos.



Adoptadas as medidas de protecção que alvitrámos, ou outras que o Governo julgue preferíveis mas que sejam eficazes, ressurgirão em Angola a cultura e exploração de oleaginosas, voltarão a animar-se centenas de Fazendas hoje quasi abandonadas, aumentará o volume e o valor das exportações, encontrarão emprego dezenas de europeus que não têm colocação e milhares de indígenas que a queda das cotações deixou também sem trabalho.

Tudo isto representa um enorme benefício para toda a Colónia de que esta se lembrará sempre com a maior gratidão para com o Governo da República, aqui tão dignamente representado pelo seu ilustre Ministro das Colónias.

ANEXO N.º 1

Fabrico de óleo de palma numa fazenda do distrito do Quanza-Norte

Designação dos Serviços	Número de serviços	Custo dos serviços	Despesas diversas	Totais	Custo de produção por arroba
Corte de dendem— $\frac{2}{3}$ de 681 serviços	454	809,52			
Escolha	350	644,00			
Fabrico	976	1.819,40		3.272,92	
Parte correspondente em despesas de enfermagem, medicamentos, etc. $1780 \times 0,15$			267,00		
Idem correspondente, nas despesas de angariamentos, vestimentas, etc. $1780 \times 0,15$			267,00	534,00	
Totais	1.780			3.806,92	
Óleo obtido com os 1780 serviços, num custo total de 3.806,92; quilos 4.632					
Custo de produção					12,315

ANEXO N.º 2

Fabrico de óleo de palma em outra fazenda do Quanza-Norte

Designação dos Serviços	Número de serviços	Custo dos serviços	Despesas diversas	Totais	Custo de produção por arroba
Corte de dendem— $\frac{2}{3}$ de 730 serviços	486	932,20			
Condução	266	627,23			
Escolha do dendem	361	788,78			
Fabrico do óleo	342	717,68		3.065,89	
Parte correspondente em despesas de enfermagem, medicamentos, etc. $1456 \times 0,15$			218,40		
Idem correspondente, nas despesas de angariamentos, vestimentas, etc. $1456 \times 0,15$			218,40	436,80	
Totais	1.456			3.502,69	
Óleo obtido com os 1456 serviços, num custo total de 3.502,69; quilos 5.622					
Custo de produção					9,345

ANEXO N.º 3

Preparação de coconote numa fazenda do distrito do Quanza-Norte

Designação dos Serviços	Número de serviços	Custo dos serviços	Despesas diversas	Totais	Custo de produção por arroba
Corte de dendem— $\frac{1}{3}$ de 681 serviços	227	404,76			
Escolha e brita	319	584,40		989,16	
Parte correspondente em despesas de enfermagem, medicamentos, etc. $546 \times 0,15$			81,90		
Idem correspondente em despesas de angariamento, etc. $546 \times 0,15$..			81,90	163,80	
Totais	546			1.152,96	
Coconote obtido com os 546 serviços, num total de ags. 1.152,96; quilos 2.622					
Custo de produção					6,585

O Museu Regional em Benguela

A Associação Comercial de Benguela oficiou ao sr. Encarregado do Governo, dizendo estar grandemente empenhada em montar no seu Palácio do Comércio, um Museu Regional e um mostruário permanente de produtos não só da região, como da Colónia e da Metrópole, o que tudo constituiria sempre objecto de grande interesse tanto para nacionais como para estrangeiros.

Com os vários produtos do solo exporia nas suas salas, para o efeito devidamente apropriadas, condignas colecções de geologia e mineralogia de Angola, que serviriam de elemento de estudo e apreciação. Mas, infelizmente alega, dentro dos seus próprios recursos não se pode abalançar a coligir, por si, as amostras precisas faltando-lhe também técnicos para a científica identificação dos produtos.

Lembrava, pois, ao sr. Encarregado do Governo que existindo em Curimanhala, a 4 quilómetros de Nova Lisboa, uma colecção de mineralogia, organizada pela antiga Missão Geologica, hoje em estado de abandono e de difícil visita, que essa colecção lhe fosse concedida para figurar nas salas do Palácio do Comércio, bem como o mobiliário existente, pelo menos enquanto o Estado não organizasse um Museu Oficial.

O sr. Encarregado do Governo mandou ouvir sobre a petição, a Repartição Central das Obras Públicas.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

TRANSA

A União Interparlamentar tem-se sempre ocupado das questões coloniais. Contudo, acho de justiça dizer que a sua última sessão (Madrid, Outubro de 1933), formando um todo com os seus próprios trabalhos preparatórios (Genebra, Abril de 1933) foi uma daquelas que lhe consagraram o lugar mais importante.

A ordem do dia dos nossos trabalhos em Madrid não comportava menos de oito resoluções relativas ao problema das colónias ou dos mandatos. Tratavam elas da escravatura, do trabalho forçado, da cláusula penal nos contratos de trabalho, da publicidade obrigatória das leis do trabalho indígena, do tráfico das bebidas espirituosas, da higiene, da administração dos países sob mandato, finalmente, da evolução das raças de cor.

As questões entre as que acabo de enunciar que mais interessavam a França eram as do trabalho forçado, dos mandatos e da evolução das raças de cor.

A escravatura não existe nas nossas colónias, mesmo sob aquela forma "indirecta", ou "encoberta", à qual foi feita referência no texto primitivo do projecto de resolução. A publicidade das leis do trabalho, no ponto em que ela diz respeito aos indígenas, merceria, sem dúvida, ser assegurada dum modo mais perfeito nas nossas colónias. Pela mesma razão insistiu intencionalmente em Genebra, em Abril, sobre a oportunidade da criação, nos territórios que estão debaixo da nossa autoridade, dum corpo de inspectores do trabalho especializados na aplicação destas leis. No que diz respeito à higiene, reconheço, que grandes esforços têm sido feitos pela França, há alguns anos. Igualmente, frisei este assunto em Genebra, lembrando que o número de médicos tinha sido aumentado e que sobre o orçamento dos grandes trabalhos tinha sido reservada uma verba de 10 % para trabalhos propriamente sanitários.

Repito-o, não eram essas, contudo, as questões que nos prendiam aos debates de Madrid.

A 29.^a Conferência Interparlamentar (Madrid) e os proble- mas coloniais

Transcrito de "La Quinzaine Coloniale,"

pode pagar ou que não quere pagar impostos. No primeiro caso trata-se bem dum trabalho forçado. No segundo, trata-se antes de prestações em espécie aceites pelo indígena que prefere dar o seu trabalho a dar dinheiro. Ainda neste ponto a França é hostil à este processo fiscal no ponto em que elle constitue um constrangimento relativamente aos indígenas. Mas chama-se ainda "trabalho forçado", ou obrigatório à obrigação que é feita ao indígena, em certas colónias pouco desenvolvidas, para contribuir com a sua pessoa para certos trabalhos de utilidade pública. Aqui, pelo contrario, encontramos em presença dum método ao qual a França tem recorrido muito largamente, principalmente na África Equatorial e em Madagascar. Parece difícil, quando se conhece o estado social dos povos da África Equatorial, condenar, sem modalidades, um modo de proceder sem o qual, a construção do Congo-Oceano, por exemplo, teria sido completamente impossível. Os resultados obtidos em Madagascar graças ao trabalho que foi pedido ao contingente militar fornecido obrigatoriamente pela população indígena, permitem difficilmente condenar o sistema puro e simplesmente. Emfim, não está esbelecido que alguns dos promotores da Convenção não tenham tido em vista, sob o nome de "trabalho forçado", o próprio recrutamento de elementos militares de que podemos sempre dizer que serão levados, um certo dia, a tomar parte em certos trabalhos de aterramento, de estabelecimento de estradas, de pontes, de vias férreas, etc....

Noutros termos, a expressão "trabalho forçado", não clara quanto pareça à primeira vista, é, na realidade, ambígua e deveriam ser feitas distincções se se quiser que a Convenção adquira verdadeiramente um alcance internacional. A este respeito, a Conferência de Madrid não trouxe elementos novos de importância. Um só orador, Mr. Koelman, delegado da Bélgica, tratou longamente da questão lembrando os esforços feitos pelo seu país no Congo e mais particularmente as palavras pronunciadas recentemente pelo Príncipe Leopoldo por ocasião da sua viagem de estudo na colónia. A resolução votada preconiza a ratificação por todas as potências da Convenção de 1930, reconhecendo que em certos casos o trabalho forçado pode ainda ser admitido a título excepcional nos trabalhos de utilidade pública. Contudo, foi admitido um voto, sempre dentro do quadro da Convenção, pelo qual o trabalho forçado, mesmo em serviço de utilidade pública deveria desaparecer, em todos os casos, ao fim de cinco anos depois da ratificação do accordo internacional.

Sabe-se que a questão dos mandatos é uma das mais debatidas em direito internacional público. Os mandatos foram conferidos por uma autoridade que já desapareceu há bastante tempo e à qual se chamava a seguir à guerra "as potências aliadas e associadas". A Sociedade das Nações não estava então constituída. Não teve então que intervir e pode-se imaginar quais seriam eventualmente as sanções do julgamento desfavorável que ela lançaria sob a gestão duma qualquer potência mandatária. Nunca se chega a determinar, em particular, duma maneira absolutamente segura, se a Sociedade das Nações seria fundada com o direito de desaposar esta potência do mandato que ela detem e de atribuí-lo a uma outra qualquer potência. Este debate é recordado nos trabalhos preparatórios da Conferência de Madrid (relatório de Mr. Feber). Não lhe foi feita alusão na resolução que foi votada.

Esta resolução, pelo contrario, apresenta o sinal dum certo número de preocupações actuais, como o massacre dos assírios no

(Conclue na página 15)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A Exposição Internacional a que nos referimos em artigo há pouco aqui publicado, à qual concorreram pela primeira vez produtos coloniais portugueses, fôra anunciada oficialmente a 21 de Novembro de 1864, faz agora 69 anos. O seu programa foi largamente espalhado; jornais franceses, ingleses, espanhóis, alemães e russos deram a notícia do certame, consagrando-lhe palavras de incitamento e aplauso. Pelo Ministério do Ultramar foram enviadas expressas recomendações para as nossas colónias da África e da Índia, como pelo dos Negócios Estrangeiros foram dadas as devidas instruções aos funcionários diplomáticos e consulares nos diversos países que eram chamados a concorrer com os seus produtos a par dos nossos, alguns dos quais já então não temiam esse confronto. Nesse anterior artigo referimos quais foram as nações que corresponderam ao ousado chamamento e se fizeram representar no Palácio de Cristal do Porto. Diremos hoje qual foi a disposição das respectivas instalações.

Na magestosa nave central, no pavimento terreo, à direita ficaram algumas das secções da Suíça, da Austria e da Inglaterra, à esquerda as da França, ao centro as da Bélgica, e no topo as de Portugal. Na galeria da direita havia também outras secções da Austria, e as da Prussia, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Itália e Portugal. Na galeria do lado esquerdo, instalou-se também uma secção francesa, muito notável. Nas galerias do segundo pavimento da grande nave, viam-se: na do lado direito secções de produtos da Alemanha, Inglaterra, Brasil, Turquia e Portugal; na do lado esquerdo outras secções da França, Bélgica e Holanda. Nos anexos do Palácio, do lado esquerdo estava a galeria das máquinas agrícolas e outras, tanto nacionais como estrangeiras; seguindo-se outras galerias com máquinas de vapor de diversas origens; e coroando esta série de anexos um polígono de doze lados com a exposição dos tabacos e vinhos de todas as nações produtoras desses géneros.

Os produtos das colónias portuguesas achavam-se englobados na diversas secções atribuídas a Portugal, conforme o grupo de artigos a que pertenciam. Foram 741 os expositores coloniais portugueses, a saber: 169 da Índia; 245 de Angola; 100 de Moçambique; 43 de Timor; 100 de S. Tomé e Príncipe; e 84 de Cabo Verde, o que, para a época, era já um conjunto muito importante e digno de ponderar-se, mesmo em comparação com os produtos das colónias francesas, que haviam concorrido em grande numero, e com os das Inglesas.

O número total de expositores elevou-se a mais de 4.000, sendo 499 da França; 1.614 do continente português; 129 da Grã-Bretanha e Irlanda; 89 da Bélgica; 73 da Prússia; 54 da Saxónia; 62 do Brasil; 49 da Espanha; 24 da Itália; 53 da Austria; 16 da Holanda; 5 da Baviera, 9 de Micklemburgo; 8 de Saxe-Coburgo; 100 das diversas cidades livres; 5 da Suíça; 9 da Dinamarca; 2 da Rússia; e vários da Turquia, Estados Unidos, Japão, Schleswig, etc., alguns destes últimos países apenas com 1 expositor. Isto demonstrou bem como havia sido acolhido em toda a parte o convite feito pelo Porto à indústria das diversas nações cultas, e como essa primeira Exposição Internacional portuguesa constituiu um verdadeiro e real successo, ao mesmo tempo que um triunfo para os organizadores de certamen e para os iniciadores do Palácio de Cristal Portuense onde elle se realizava.

Manda a justiça que se diga ter havido verdadeiras dedicações no grupo, aliás resumido, desses iniciadores, a cuja frente esteve sempre o benemérito cidadão Alfredo Allen, mais tarde agraciado com o título de Visconde de Vilar de Allen, que bem soubera merecer por aquele e por outros vários motivos. Os membros desse grupo iniciador fizeram sacrificios de toda a ordem e não pequeno dispêndio próprio, pois além do capital das acções que

adquiriram tiveram de concorrer com somas avultadas, de algumas das quais nem há registo no arquivo da sociedade que elles constituíram. Uma verba houve que foi avultadíssima, e recaiu exclusivamente sobre alguns dos fundadores, que tiveram de pagar os fretes dos produtos vindos de França e suas colónias, como foi afirmado num relatório do conde de Samodães.

Essa quantia importante, que se esperava fôsse paga pelo governo, não o foi, ficando pois a carga deles esse onus pesadíssimo que atingiu algumas dezenas de contos de reis. Tudo deram por bem empregado, por dotarem o Porto com um edificio magnifico, ou seja aquele onde vai realizar-se agora a Exposição Colonial, e onde, desde aquela primeira de 1865, têm sido instaladas notáveis exposições de industria, de agricultura, de artes, floricultura, pomologia, etc., dando assim favorável impulso ao desenvolvimento de todos estes factores do progresso social do nosso país.

A Exposição Colonial que se prepara para 1934, instalada naquele templo do progresso a que temos alludido, vai contribuir para "dar ao país mais alta consideração, fazendo-o avultar entre os estranhos, e aos nossos próprios olhos, elevando consequentemente o espirito público áquella altura donde brotam, natural e espontaneamente, as acções patrióticas, como o rei D. Luís afirmou no seu discurso inaugural da Exposição de 1865. E se aqueles que visitem a patriótica Exposição que se prepara, vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma idea exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou a ganhar uma nova fé no nosso futuro de potencia colonial — terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos..

Com estas entusiásticas palavras que fecham o plano do certame, rubricadas pelo colonialista distinto Henrique Galvão, fecharemos também as nossas considerações, expendidas neste e no anterior artigo ao assunto consagrados, manifestando a nossa plena confiança em que o êxito da próxima Exposição exceda a expectativa dos que são entusiástica e dedicadamente a planearem, e a hão de levar à pratica.

Com elles nos congratulamos antecipadamente, tal é a nossa fé em que não será desmentida a confiança que em seus intuitos firmamos.

ALBERTO BESSA

Instituto de Radiologia em Nova Goa

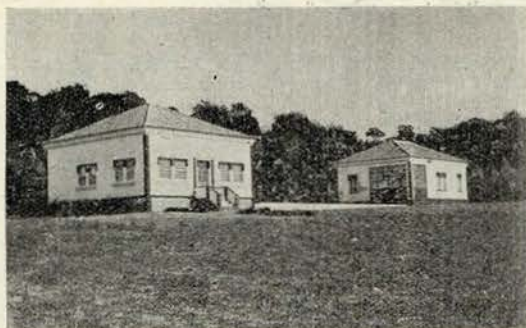
O governador geral da Índia propôs para ser criado em Nova Goa o Instituto de Radiologia para diagnostico e tratamento pelos Raios X, bem como a radiumterapia, devendo as despesas para a aquisição dos aparelhos ser custeadas em partes iguais, pelo governo, pela Santa Casa e pelo Hospicio, na importância de 15.000 rupias por cada. Para a manutenção cada um daqueles organismos entrará com 6.000 rupias e o asilo de Mapuca com 4.500 rupias.

O Instituto terá como director um médico radiologista com vencimento de 500 rupias mensais, um mecânico fotografo com 100 rupias mensais e dois serventes cada um com 20 rupias. O pessoal será contratado e só depois de alguns anos de bom efectivo serviço é que passará a ter nomeação vitalicia.

PORTUGAL COLONIAL

Estação Zootécnica do Sul

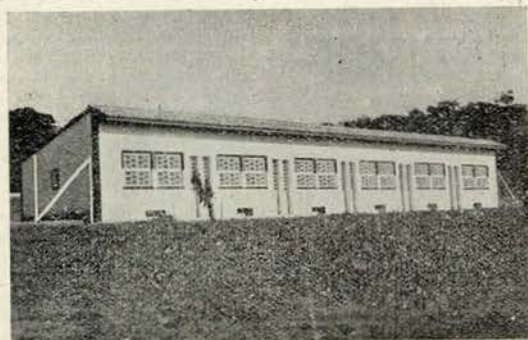
A Estação Zootécnica da Humpata o mais completo e modelar estabelecimento do género que temos nas colónias—obra da dedicação e da



RESIDÊNCIAS DE FUNCIONÁRIOS

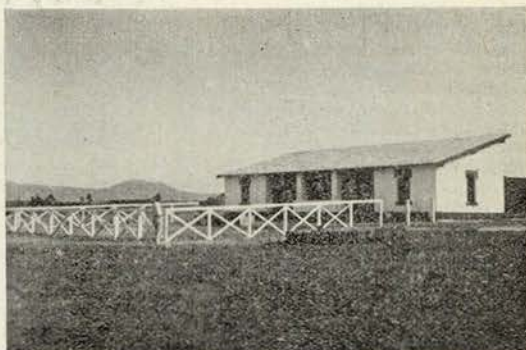
competência do dr. Abel Pratas—continua a progredir e a exercer poderosa influência na riqueza pecuária do Sul de Angola.

Cliché Dr. Abel Pratas



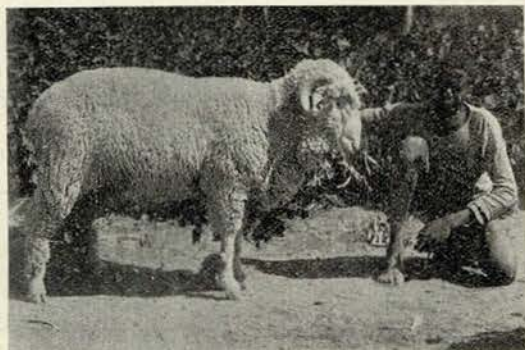
AVIÁRIO

Cliché Dr. Abel Pratas



POSTO DE REPRODUÇÃO, JUNTO DA POVOAÇÃO DA HUMPATA

Cliché Dr. Abel Pratas



CARNEIRO «MERINO PRECOCE»
(Nascido na Estação Zootécnica da Humpata)

Cliché Dr. Abel Pratas



PARGAS DE FARDOS DE FENO

Cliché Dr. Abel Pratas

1.ª Exposição Colonial Portuguesa

(Conclusão da página 8)

Tropical, — de cuja organização vão encarregar-se a Faculdade de Medicina do Pôrto e a Escola de Medicina Tropical; Congresso de Agricultura Colonial, sob a égide da Liga Agrária do Norte; Congresso de Intercâmbio Comercial, — a promover pela Associação Comercial do Pôrto, Associação dos Comerciantes do Pôrto e Associação Industrial Portuense; Congresso de Ensino Colonial, organizado pela Escola Superior Colonial; Congresso de Colonização, sob os auspícios da Sociedade de Geografia; e Congresso dos Vinhos do Pôrto, a levar a efeito pelo Instituto dos Vinhos do Pôrto.

Esses organismos, atendendo à finalidade patriótica e cultural dos referidos congressos, não deixarão de honrar o convite que para o efeito lhes foi dirigido.

Cada um desses congressos, fixando assuntos de capital importância para o nosso país, bastaria, de por si, a valorizar extraordinariamente a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.

Anuncia-se ainda um congresso da raça negra, de iniciativa do Directório da Junta Nacional Africana.

Comêço dos trabalhos — Pavilhões — Representação indígena

No momento em que se organiza o presente número do *Boletim* anuncia-se já o comêço dos trabalhos da fachada do Palácio de Cristal.

Numa das tórres laterais, onde superiormente será colocado um elefante, o «rei dos animais», em vez do costumado leão, serão também colocados dois «panneaux» de azulejos, cujos desenhos se inspirarão em assuntos da epopeia colonial.

No outro torreão, ficará instalada uma secção de informações, a cargo da Agência Geral das Colónias, no género da «Citê des Informations» criada pelo marechal Lyautey na Exposição Colonial de Paris, sendo este torreão na sua parte superior profusamente iluminado.

Ainda outros trabalhos deverão ter próximamente comêço, como o da restauração dos jardins, a cargo da Câmara Municipal, os dos fundamentos do monumento comemorativo da colonização portuguesa.

Acham-se já concluídos os projectos para os pavilhões de S. Tomé, Índia, Caça e Turismo, e em execução os de Moçambique e Macau.

Está prevista a iluminação indirecta.

A Companhia de Moçambique instalará um pavilhão privativo que, com os seus anexos, ocupará uma grande área de terreno situado próximo das estufas do Palácio.

Foram já expedidos para as colónias os elementos necessários para a organização das secções da representação oficial e de grupos de nativos.

Além dos pavilhões privativos que devem ser construídos pelos expositores, e disseminados pelos jardins, serão admitidos concessionários, com exclusivo, para a exploração duma cervejaria, casa de chá, fotografia, restaurante, barbearia, engraxadoria, etc.

Notas diversas

A Câmara Municipal do Pôrto vai mandar colocar no Palácio de Cristal, a fim de figurar na exposição, antes de definitivamente ficar numa das novas avenidas da Foz, a estátua de Afonso de Albuquerque, obra do escultor Diogo de Macedo, que figurou, como se sabe, na secção portuguesa da Exposição Colonial de Paris.

Esta estátua e a do Infante D. Henrique, do mesmo artista, que ali esteve também, foram oferecidas há dois anos àquela Câmara Municipal.



A Câmara Municipal da mesma cidade resolveu abrir concurso, no dia 10 de Dezembro, para as obras da nova avenida entre as ruas Júlio Deniz e do Triunfo, Bairro Vilar, a qual deverá estar concluída em 30 de Junho, para dar passagem fácil aos visitantes da Exposição Colonial.

A nova artéria, que passará em frente ao Palácio de Cristal, descompondrá consideravelmente o trânsito

A 29.ª Conferência Interparlamentar (Madrid) e os problemas coloniais

(Conclusão da página 12)

Irak, os projectos de emigração dos Judeus na Palestina, o acesso ainda relativamente recente do Irak à Sociedade das Nações, emfim, a retirada do Japão da mesma Sociedade das Nações e as consequências que poderiam resultar no que respeita ao mandato que lhe detem no Pacífico. É assim que entre as «garantias a oferecer pelos territórios em instância de emancipação», a Conferência entendeu dever insistir particularmente sobre a protecção das minorias de raça, de língua e de religião, emfim a autonomia militar do novo estado, «de tal modo que seja capaz de manter a sua integridade territorial e a sua independência política no quadro da Sociedade das Nações sem estar ligado por compromissos de carácter militar com a antiga potência mandatária».

Lembro que, em qualquer ponto do relatório de Mr. Feber, foi feita alusão à situação particular do território de Tanganika e do descrédito que se arriscavam de lançar sobre a própria noção do mandato, de certos projectos de união deste território às colónias vizinhas.



Sobre estas duas questões anteriores, embora como único delegado francês especializado em problemas coloniais, entendi não dever fazer uma intervenção prolongada. Fiz unicamente alusão, duma maneira discreta mas firme à altitude tomada pela França em matéria de trabalho forçado.

Pelo contrário, sobre a última questão, ou seja a evolução das raças de cor, tive a necessidade de fazer uma intervenção cerada que me pareceu de natureza a elevar o debate lançando em jôgo o próprio fundo da questão colonial em geral. Co-existem no mundo várias doutrinas coloniais. Sem dúvida, elas não estão isoladas entre si. Contudo, subsistem grandes diferenças entre elas no que diz respeito ao lugar reservado ao indígena na sociedade que se ter de instituir entre elas. A este respeito, a França mostrou-se bem a nação mais compreendedora das suas necessidades profundas, a mais respeitadora das suas legítimas aspirações. No seu espírito, não se encarregou ela somente de lhes assegurar a manutenção da ordem, de garantir a subsistência material, mas de os conduzir para um estado político e social no qual eles terão a sua parte de direcção e de responsabilidade. Longe de os querer sujeitar aos seus próprios hábitos, ela propõe-se atraí-los dando-lhes, em todos os casos onde ainda não existisse, o benefício do que pode merecer o nome de civilização. É este o tema que desenvolvi perante os delegados das potências estrangeiras.

Falando do papel magnífico da Espanha, que permitiu o gesto de Cristóvão Colombo procurando atingir, pelo caminho de oeste, a ilha de Cipango, mostrei como a descoberta da América tinha trazido o desenvolvimento da indústria na Europa e uma revolução completa no mundo. Disse, em seguida, qual era a obra desenvolvida pela França ao arrancar os negros de África aos reinados sanguinários que os mantinham em escravatura. Nunca, disse eu, admitiu a França que colonizar equivalia a subjugar, mas, pelo contrário, libertar, educar, construir. «É honroso para a Inglaterra, para a Itália, para os Países-Baixos, acrescentei eu emfim, terem praticado uma política colonial que se inspira em princípios análogos aos que guiaram a política colonial francesa. A França integrou, sem nenhuma restrição, na família francesa os seus cidadãos de raça amarela ou de raça negra. Os povos atrazados são outras tantas forças perdidas para a civilização e a humanidade; é honroso para os estados colonizadores levar a esses povos os benefícios materiais e morais da civilização».



Se se pode dizer que em certos pontos de vista a Conferência de Madrid não se revestiu do brilho que tiveram as suas antecessoras de Berlim e de Londres e isso foi devido à carência parlamentar da Alemanha e à abstenção da Itália, por outro lado, no que respeita aos problemas coloniais, a ausência destas duas potências foi, pode-se dizer, pouco notada. Em 1933, como anteriormente, todas as grandes potências coloniais estavam ali representadas: a Espanha, Portugal, Inglaterra, Países-Baixos, Bélgica e a França. Notou-se mesmo a intervenção activa no debate, do Coronel Sandeman Allen, quando, duma maneira geral, os delegados ingleses não tomam uma parte activa nestes debates sobre questões para eles escaldantes. Esta constatação é, confesso-o, um reconforto profundo para um homem que, como eu, nunca faltou, desde longos anos, aos trabalhos da União Interparlamentar.

GRAEEN CANDICE

Deputado

Antigo Sub-Secretário de Estado das Colónias

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês **A função ingrata de governar**

FOI recentemente publicada pela pasta das Colónias uma série de diplomas importantíssimos. Sobre este facto cujo alcance reside na natureza das medidas, no profundo estudo que revelam, nos efeitos que hão de produzir — e não na quantidade — não têm incidido nem pela crítica desapassionada nem pelo louvor, nem por qualquer forma incisiva de apoio moral, as manifestações que seriam de esperar por parte dum povo consciente dos seus erros, das suas necessidades e do rumo do seu progresso. É um triste sinal dos tempos. É talvez uma injustiça da Crise.

Em compensação não hão de fallar os que reclamam, os que vociferam, os que vieram a este mundo para «deitar abaixo» por deleite, por doença ou por interesse.

É tempo de procurar formar entre as pessoas desapaixonadas, capazes de verem e sentirem um problema acima dos seus interesses privados ou dos seus ódios inferiores, uma frente contra os demolidores de officio.

Há dezenas de anos quasi que a administração colonial andava entorpecida, acumulando erros e peccados, esgueirando-se através de improvisações, assi-

nando letras que não sabia como se liquidariam no vencimento. Uma ou outra figura, um ou outro acontecimento — raros, muito raros — pareceram uma vez ou outra anima-la.

Havia clamores é certo — e não havia crise!

Há três anos que no Ministério das Colónias e há cinco anos que na Metrópole se iniciou um período sério de reconstrução. Esse período não é só nítido nas suas intenções — é exuberante nos seus resultados. Não são palavras, são factos; não é retórica, é uma realidade.

Pois bem! Clama-se como de nada houvera feito e parece pretender-se que é crime não arrumar e salvar numa semana, num mês, num ano, o que durante tanto tempo se andou a desarrumar e a perder.

Porque se assim não fôra alguém decerto teria lido atentamente os diplomas que o Ministro das Colónias acaba de publicar. E não os teria lido sem uma forte impressão de estar perante os melhores meios e, decerto os mais eficazes, de levar este Império a destinos bem diferentes daqueles a que o conduziria a energia, o senso e o camartelo dos demolidores.

HENRIQUE GALVÃO.

Notas do mês

O Conselho de Tarifas e os comerciantes de Angola

A associação dos comerciantes de Angola Residentes na Metrópole entregou ao sr. Ministro das Colónias uma representação sobre o assunto e que é do teor seguinte:

«Exm.º Senhor: Foi a esta Associação pedido o seu patrocínio junto dos Poderes do Estado, para uma exposição em que o Comércio de Luanda pede não seja proibida, embora se condicione, a concorrência entre as empresas de navegação que servem Angola, porque dessa concorrência resultarão benefícios que o Conselho de Tarifas agora não permite.

Compete a esta Associação zelar interesses gerais, sem preocupar-se com interesses particulares quando estes colidem com aqueles. E assim, cumpre um dever associando-se a todas as convenientes instâncias que junto do Governo sejam feitas, com o são objectivo de beneficiar a colectividade.

Na situação de miséria em que a maior parte do Comércio de Angola está vivendo, mercê de tantíssimas circunstâncias, entre

as quais se compreende a das baixas cotações dos géneros de exportação, qualquer redução que se consiga nos encargos que os oneram terá importância apreciável. E nesses encargos, as tarifas dos transportes marítimos requerem uma cuidada revisão, a fim de se harmonisarem com o valor real das mercadorias.

Portanto, tudo quanto se faça nesse sentido, merece o apoio desta Associação, que junto do Governo, do Conselho de Tarifas e das Empresas várias vezes tem intervindo nessa orientação; e assim, firmemente secunda as legítimas aspirações que a exposição traduz.

Entende porém, esta Associação, dever acrescentar algumas considerações que bem esclareçam o seu pensamento sobre o assunto.

Não pode ela defender uma concorrente de tantas que trazendo um momentâneo beneficio aos carregadores, tende apenas a pôr fora de combate os mais fracos, para, inutilizados estes, o mais forte ditar a lei sem considerações por outros interesses que não sejam os seus. E isto aconteceria fatalmente, nas condições precárias em que vivem as empresas portuguesas de navegação, que mantendo tarifas excessivas, nem assim conseguem uma exploração económica.

Esta situação difícil, resulta precisamente de uma concorrência mal entendida, que beneficiou parte do Comércio Colonial durante algum tempo e com o que este muito humanamente rejubilou, para vir depois a sofrer-lhe as duras consequências.

O problema da navegação para as Colónias, requiere a atenção do Govêrno, que certamente lhe está prestando. E ainda bem, porque uma solução acertada é da maior urgência.

O problema envolve aspectos da mais alta importância: a segurança e frequência das comunicações entre a Metrópole e as Colónias para fins de soberania e de intercâmbio comercial; a adopção de tarifas compatíveis com o valor das mercadorias transportadas; a conservação dos capitais nas actuaes empresas de navegação; e os legítimos interesses dos que nelas ganham a sua vida.

Não tem a frota mercante portuguesa navios novos, salvo 3 ou 4. Todos excedem 10, 15, 20 anos. Nenhum é de exploração verdadeiramente económica. Mas, se não temos outros, nem podemos adquiri-los rapidamente, é com aqueles que temos de resolver por agora o problema pósto.

Sabe-se correntemente que a razão principal de a exploração ser deficitária, é o emprêgo que se tem feito de tonelagem excessiva. Vão navios vasilos, e, durante parte do ano, vasilos voltam. Nestas condições a ruína é inevitável.

Parece a esta Associação que distribuindo-se equitativamente a tonelagem de que o Comércio Colonial necessita, pelas empresas concorrentes, estas poderão fazer uma exploração económica, que permitirá baixar as tarifas excessivas, sem prejuízo de um lucro normal.

Destá maneira se alcançariam os objectivos que enunciamos e que a solução do problema deve comportar.



A Vossa Excelência, Senhor Ministro, solicita esta Associação a sua autorizada intervenção no sentido de ser regulada definitivamente a navegação para as Colónias, em termos de serem asseguradas regulares comunicações entre a Metrópole e os seus domínios do Ultramar e de se garantir ao Comércio o transporte das suas mercadorias em condições económicas.

Isto é o que interessa ao País e que esta Associação crê não tardará a efectivar-se, louvando-se para tanto no alevantado patriotismo com que V. Ex.^a tem consagrado toda a sua inteligente actividade ao serviço do Império Colonial Português.

Digne-se V. Ex.^a aceitar os protestos da nossa mais elevada consideração. A Bem da Nação. O Presidente da Direcção: *Jose Luiz de Freitas Ribeiro*.

Conciliação das Raças Portuguesas

O «Comité Central de Conciliação das Raças Portuguesas», órgão executivo do «Movimento Pró-Colónias» e do «Directório da Junta Nacional Africana», examinaram na sua última reunião, o relatório da «Ligue Internationale pour la defense des indigènes», sobre os trabalhos da 6.^a Assembleia bi-anual, realizada em Genebra, sob a presidência de Mr. Henri A. Junot e a celebração levada a efeito pela mesma Assembleia do 1.^o centenário da Abolição da Escravatura nos termos da «Emancipation Bill», aprovada pelo parlamento britânico, em 7 de Agosto de 1833; e, considerando que no corrente mês de Novembro e nos meses de Dezembro do corrente ano e Março e Junho de 1934, passa o tri-centenário do movimento abolicionista português, facto este que coincide com a realização dos «Congressos Nacionais dos Colonos e da Raça Negra de Portugal», resolveram incluir definitivamente no programa dos trabalhos dos mesmos Congressos, uma sessão solene de homenagem aos grandes vultos anti-esclavagistas portugueses, além de uma manifestação cívica ao monumento do grande Marquês de Sá da Bandeira.

Foram proclamados presidentes honorários do «Movimento Nacional Pró-Colónias» e da «Junta Nacional Africana», os srs. tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, Agente Geral das Colónias; Dr. Veiga Simões, Embaixador de Portugal em Berlim; Caetano de Sá, alto funcionário da Guiné; capitão dr. António Maria Carreira; Marcos Bensabat e dr. Mário Ferro.

Foram aprovadas ainda as inscrições dos seguintes congressistas: Herculano Levi; Engenheiro José Augusto Franco, funcionário de Angola; Jaime Constantino de Meneses; Jesuino Vieira de Vasconcelos, funcionário de Angola; architecto C. ssiano Branco; Jerónimo da Costa Andrea, comerciante da Guiné; Gastão de Campos, funcionário da Fazenda de Moçambique; dr. António de Oliveira Maia; José António Basto, agricultor de S. Tomé; capitão José Marques; Manuel Inácio dos Santos Torres funcionário indígena; dr. Alberto de Lemos; Júlio Henrique de Sousa, funcionário aposentado; dr. José de Macedo, professor do Instituto Commercial e antigo colono de Angola; capitão António Sequeira; dr. Matias de Alba Teixeira, médico colonial; dr. Idalino do Rosario Torrado, engenheiro auxiliar do Estado e advogado, e dr. Avelino Silva, médico colonial.

Finalmente resolveram avisar todos os interessados que per-

tencem ao «Comité Central de Conciliação das Raças Portuguesas» e ao «Directório da Junta Nacional Africana» a escolha dos relatórios para os assuntos que constituem, nos termos do Regulamento Geral dos Congressos o seu programa de trabalhos e bem assim a admissibilidade das comunicações e leses não especificadas no referido Regulamento, a modificação do prazo de duração, modo de funcionamento, plano das sessões, visitas, excursões e festas.

As comunicações e as teses deverão dar entrada na Secretaria Geral dentro do prazo que por esta fôr demarcado, para poderem ser impressas e distribuídas aos congressistas, antes do início dos trabalhos dos Congressos.

As demais informações respeitantes a este e outros assuntos deverão ser solicitadas na Secretaria Geral, instalada no Largo do Intendente, 35, 1.^o andar — Lisboa.

Mudança da Comarca de Bolama para Bissau

O Ministério das Colónias em Nota Officiosa esclarece o assunto:

«Tendo-se levantado ultimamente, na Imprensa, certos reparos a respeito da recente mudança da comarca da Guiné de Bolama para Bissau, que o Ministério das Colónias, para esclarecimento do público, afirmar que essa medida só foi decretada depois de longa e devidamente ponderados todos seus inconvenientes e vantagens.

Deve dizer-se, em primeiro lugar, que quatro quintos do movimento judicial da Colónia pertencem à area de influência de Bissau.

Com a sede da comarca na Ilha de Bolama, estava a justiça em Bissau entregue ao juiz instrutor, que é simultaneamente o administrador do concelho e da circunscrição, sendo constantes os inconvenientes derivados do grande atraso dos processos.

A maioria dos processos civis e comerciais instaurados em Bolama respeitavam à cidade de Bissau, cujo juiz instrutor tinha anualmente, uma média de 250 mandados enviados pelo juiz de direito para o cumprimento de varias diligências; a efectividade destas, em casos correntes, pela força das cousas tinha de aguardar muitas vezes a chegada daquele magistrado, em correição ao julgado. Quere dizer, a maior parte do serviço, na fase instrutória, realizava-se no julgado de Bissau.

Acrescente-se a esta, razão, que parece decisiva, que não obstante existirem então em Bolama dois escrivães de direito, com o exercicio da nota, e portanto com especial experiência na matéria, o número de escrituras feitas em Bissau (onde o serviço estava entregue aos successivos secretários da circunscrição) equivalia ao efectuado em Bolama. No ano findo, foram protestadas em Bolama 9 letras e 44 em Bissau.

Não obstante o trabalho e a boa vontade dos actuaes magistrados, a desorganização dos serviços de justiça tornava-se crescente, sendo caríssimos os mesmos pela forçada deslocação para Bolama das partes e testemunhas, nas causas que excediam a competência do juiz instrutor; podia-se dizer que o serviço estava em Bissau e o Tribunal em Bolama.

Ponderados estes inconvenientes pela Presidência da Relação de Lisboa, à qual esta afecta a comarca da Guiné, e pelo Conselho Superior Judiciário das Colónias, reconheceu-se a necessidade inadiável e imperiosa da transferência da sede da comarca, a qual teve lugar pelo decreto n.º 23.046 de 22 de Setembro findo.

Deve referir-se por fim que, em Bissau, possui o Estado edificios apropriados para a instalação da comarca; por isso a mudança desta não se tornou dispendiosa.

Diversas

Vai ser publicado um diploma mandando reforçar a verba destinada à publicação de relatórios dos governos coloniais e de outros trabalhos importantes.

➤ Vai ser publicada uma portaria aprovando e mandando pôr em vigor o programa elaborado pelo sr. dr. Armindo Monteiro, dos concursos para administradores de circunscrição, secretários e chefes de posto.

➤ A folha oficial publicou o decreto-lei n.º 25.287 que autoriza a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a emprestar ao Fundo cambial de Angola a quantia de 25.000 contos para constituição de um fundo especial de maneio, destinado a acelerar as transferências para pagamento de mercadorias de produção nacional, importadas em Angola, e dos seus fretes por navios nacionais.

Cabo Verde

Vai ser assinado um contracto adjudicando à Standard Electrica o fornecimento do material destinado a doze estações rádio-telegraficas a instalar no arquipelago,

• Foram dadas ordens para serem concedidas as facilidades de uso ao navio de guerra inglês «Exeter» que visita S. Vicente de Cabo Verde de 11 a 12 do corrente.

• Foram ultimamente nomeados para as escolas oficiais de ensino primário desta colónia cerca de 94 professores de ambos os sexos.

• As firmas comerciais de S. Vicente de Cabo Verde estão procedendo à montagem na cidade de Mindelo duma fábrica de tabacos. A firma Joaquim da Silva Branco instalou uma secção de exportação de laranjas, com material moderno e apropriado, tendo iniciado remessas para o Funchal e portos de Inglaterra.

• Foi determinado que seja livre de direitos e outros impostos e adicionais o material destinado à montagem de faróis e das novas instalações rádio-telegraficas em Cabo Verde.

• Vai ser publicado um diploma determinando que o artigo 5.º do decreto n.º 22.793 de 30 de Julho último, que trata do orçamento de Cabo Verde, entre em vigor sómente em 1 de Julho do próximo ano.

• O governador de Cabo Verde, que tem andado em visita oficial às várias ilhas daquele arquipelago, entre várias medidas, que vai brevemente pôr em prática, consistem na criação de vários postos médicos destinados a dar assistência clínica à população indígena; intensificação da instrução primária criando para esse fim vários postos de ensino, escolas, sendo algumas de Artes e Ofícios; proceder à arborização das ilhas que mais desse benefício necessitem e tenciona também dar maior eficiência aos serviços agrícolas, estabelecendo o crédito agrícola para proteger a agricultura.

• A Câmara Municipal da Praia (Cabo Verde) enviou ontem ao sr. Ministro das Colónias o seguinte telegrama: «Certa de interpretar os sentimentos da população, apresenta os protestos de gratidão ao Ministro da República que concedeu o empréstimo para obras de fomento no intuito de realizar a emancipação económica de Cabo Verde.

• As companhias carvoeiras de S. Vicente de Cabo Verde, em vista da diminuição de navegação, tem ultimamente despedido bastante pessoal agravando assim a crise daquela ilha.

• Segundo uma nota recebida de Cabo Verde, esta colónia iniciou a exportação da laranja para Inglaterra, com feliz exito, tendo já inumeros pedidos desse fruto não só daquele país como da metrópole.

Guiné

O governo desta colónia autorizou a exportação livre de impostos alfandegários, de produtos cerâmicos de indústria regional que se destinem a quaisquer colónias portuguesas.

• Foi criada uma brigada de defesa da propaganda da febre amarela, que grassa no território francês, em Farim; procurando-se evitar com medidas de defesa sanitária, a sua expansão para o território português da Guiné.

• O governador da Guiné vai enviar 300 contos para satisfação dos encargos da colónia na metrópole.

• No Ministério das Colónias, informam-nos que o caso passado com os indígenas da raça dos Felupes, a que ontem nos referimos, que esse incidente está completamente liquidado e que não teve a importância que se deu, pois esses indígenas só com o auxilio da policia se submetem acatando as ordens das autoridades competentes da colónia.

S. Tomé

Foi proibida a importação de mercadorias para venda em S. Tomé e Príncipe destinada a individuos que não estejam matriculados no Tribunal do Comércio como comerciantes.

• O encarregado do governo de S. Tomé comunicou que voltaram a funcionar os faróis não só daquela ilha como da ilha do Príncipe.

Angola

• Continua a acentuar-se uma notável melhoria na expansão da industria da pesca e preparação de peixe para exportação, devido à orientação do Sindicato da Pesca, há tempo organizado na colónia.

• Foi concedido o exclusivo da industria do algodão hidrófilo, em Angola, ao sr. engenheiro Homem de Gouveia

• O Banco Comercial do Congo, com sede em Bruxelas, solicitou ao governo, a concessão de um talhão de terreno na cidade do Lobito.

• Foram nomeados delegados da colónia de Angola e do Fundo Cambial da mesma colónia, para assinarem o contrato com a Caixa Geral dos Depósitos, do empréstimo de 25 mil contos destinado ao

Fundo de maneo da referida colónia, respectivamente, os srs. drs. Henrique Gonçalves Cardoso, chefe da repartição dos Estudos Económicos coloniais, e interino da repartição Superior de Fiscalização Financeira das colónias, e Lencastre da Veiga, director dos Serviços de Justiça e Cultos do Ministério das Colónias.

• Segundo comunicação recebida, o Congo Francês vai permitir de Janeiro em diante, de novo a entrada nos seus territórios de gado angolano.

• Foi autorizado que os exploradores do Lobito possam directamente liquidar no respectivo cais os direitos de embarque e o imposto de trafego, devidos pela carga que cada um envie para bordo.

• Segundo comunicação recebida de Angola, estão quasi concluidos os três grandes armazens em construção no porto do Lobito, tendo cada um a capacidade de 5 mil toneladas e que se destinam a arrecadação dos produtos a exportar.

• Os referidos armazens deym ser entregues, prontos a funcionar, no fim do corrente mês, ou na primeira quinzena de Janeiro próximo.

• Segundo noticia de Angola, no Bié a cultura do algodão está tomando um grande desenvolvimento, reconhecendo-se que é frutifica ali extraordinariamente.

• Das sementes de algodão seleccionadas, que vão ser enviadas para aquela colónia, uma parte será destinada ao Bié.

• O governo de Angola pediu autorização para publicar um diploma sobre a importação temporaria da sacaria, a fim de facilitar a exportação de sal para o Congo Belga, cuja produção tem tomado ultimamente ali grande desenvolvimento.

• De Mossamedes solicitaram ao governo para que seja substituída, a Escola Primária Superior Barão de Mossamedes, por um Liceu nacional, como há pouco foi criado para a cidade da Huila.

• A Camara Municipal de Lubango enviou uma reclamação ao Governo contra a de Mossamedes por não lhe pagar as importâncias relativas às indemnizações de que trata o diploma que manda distribuir pelas Câmaras Municipais dos distritos de Mossamedes e Huila o imposto Municipal de 3% "ad-valorem", cobrado pela alfandega de Mossamedes.

• O governador geral de Angola telegrafou pedindo para ser informada a Câmara Municipal de Lisboa que todo o gado que fôr exportado por aquela colónia tem que estar nas condições sanitárias de boas carnes, e que só será remetido em vapores que cefereçam boas condições de transporte.

Também informa que a Direcção dos Serviços Pecuários está estudando as providências especiais a adoptar no gado, bem como sobre o seu transporte e alimentação a bordo, terminando por pedir para lhe ser dado conhecimento do número de rezes que mensalmente devem embarcar a fim de regular a compra local de gado.

• O mesmo governador informa que a produção do sal na colónia está tendo um grande desenvolvimento, pelo que pretende intensificar a sua exportação, e, que também pede que os direitos aduaneiros de Moçambique para a importação desse producto, sejam iguais aos estabelecidos para o sal metropolitano.

• O governo de Angola comunicou que todas as providências para que todos os productos exportados da colónia o sejam nas devidas condições, proibindo toda a exploração que não satisfaçam às condições exigidas.

• Vai ser publicado um diploma fixando os vencimentos de categoria, exercicio, e as observações colonial e eventual, ao director do Observatório Meteorológico e Magnetico «João Capelo» de Luanda.

• Foram mandados construir em alguns pontos da colónia de Angola, campos de reprodução de sementes de trigo, milho e de algodão, onde se fazem também importantes obras de irrigação.

• O governo de Angola propôs a compra do edificio onde esteve instalado em Luanda o Banco de Angola, para ser adaptado à instalação de várias repartições publicas.

• Na Câmara Municipal do Lobito descobriu-se um desfalque de 27.000 angolares, pois tendo a Câmara adquirido 3.000 metros cúbicos de pedra, que destinava ao enrocamento da ponte dos mangais, procedendo-se agora à sua medição, notou-se a falta de 1.378.585 metros no valor de 27.574.70 angolares.

Moçambique

Foi declarado serem extensivas ao território de Manica e Sofala as disposições dos diplomas que regulam o fabrico do alcool desidratado em Angola e Moçambique.

• Continua a manifestar-se o desenvolvimento do porto da Beira, não só pela melhoria do seu apetrechamento, como pelo movimento crescente do seu trafego e movimento de navios.

Não se recomeçou no rio Revugul, região de Tete, as extracções de ouro, por meio de uma draga.

❖ Para com a eficiente representação da colónia na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa promovida no Pôrto na próxima primavera, foi criada uma comissão provincial, com filiais em todos os distritos. Os expositores particulares foram autorizados a confiar às instâncias oficiais os seus mostruários.

❖ Foi aberto um crédito para pagamento da primeira anuidade da dívida de Moçambique à metrópole. Com esta anuidade, paga, o que se acha orçamentado, ficará muito reduzida a dívida.

❖ Vai ser criada uma Caixa Geral de Pensões na colónia de Moçambique, para o funcionalismo público.

❖ De Lourenço Marques, enviaram um telegrama ao sr. Ministro das Colónias, pedindo o seu apoio para a Sociedade Aérea Colonial, que se acaba de constituir, a qual vai requerer ao Governo central a necessária autorização para a exploração das linhas aéreas internas na colónia de Moçambique e em Angola, propondo interessar nessa sociedade capitais portugueses.

❖ O governo de Moçambique enviou ao Ministério das Colónias a quantia de 2.350 contos, pagamento da primeira prestação e juro do empréstimo de dez mil contos para a constituição do Fundo de Maneio daquela colónia.

❖ O sr. Ministro das Colónias autorizou o governador geral de Angola a nomear director interino das obras do pôrto do Lobito e da fiscalização do Caminho de Ferro de Benguela o capitão de engenharia sr. Medeiros.

❖ A Brigada de Estudos para a construção do Caminho de Ferro de Tele dirigida pelo engenheiro sr. Brandão de Vasconcelos concluiu esses estudos até ao quilómetro 54.

❖ O governo de Moçambique enviou ao Ministério das Colónias 1.500 contos para pagamento dos vencimentos e demais encargos da colónia na metrópole.

❖ Foi aprovado e mandado pôr em execução o regulamento geral dos portos e caminhos de ferro da colónia de Moçambique, o qual trata da administração do património ferroviário; da organização e distribuição dos serviços; das atribuições e funções do pessoal; da contabilidade; das atribuições e competência do Conselho Fiscal e da escrita e arrecadação das receitas das respectivas estações.

❖ Foi aprovada a verba proposta para a ampliação de algumas das escolas de Artes e Ofícios da colónia de Moçambique.

❖ Segundo comunicação de Moçambique foi concluído o reconhecimento sanitário de todas as zonas consideradas afectadas de gossinas.

❖ A Beira passou a ser considerada circunscrição de primeira classe, e Manica e Sofala passaram a categoria de circunscrições de segunda classe.

❖ Os serviços meteorológicos dos territórios da Companhia de Moçambique ficam a cargo do capitão dos portos.

❖ Na Beira foi criado um laboratório para análises e ensaios.

❖ O governo de Moçambique vai remeter ao Ministério das Colónias, 1.400 contos para pagamento dos vencimentos dos funcionários pertencentes àquela colónia e da Índia 300 contos para pagamento dos seus encargos na metrópole.

❖ Em virtude das reclamações apresentadas pelos Serviços Agrícolas da União Sul Africana, foi mandada fazer rigorosa inspecção aos pomares de citrinas isoladas, tendo sido mandado para a União a cópia desse relatório em português e em inglês.

❖ Foi reconhecido como consul de Itália em Lourenço Marques o sr. Canero Médici.

❖ O governo de Moçambique aprovou em tempo um diploma legislativo, em que era proibida a cultura da cana sacarina em Inhambane, para evitar o fabrico de sope (bebida cafreal nefasta para os pretos). Esse diploma continha penalidades para os transgressores, pesadas multas, indo até à prisão.

Ante-ontem, os agricultores de Morrumbene, em vista de lhe terem sido aplicadas essas penalidades, por haverem mantido a plantação da cana sacarina nas suas propriedades enviaram ao Governo um telegrama, pedindo a anulação dessas penas e a revisão desse diploma, no sentido de serem mantidos os direitos dos agricultores que à data da publicação desse diploma tinham feito tal cultura.

❖ Segundo comunicação recebida de Moçambique, acabam de ser criados tribunais inferiores de conciliação e de polícia com jurisdição nas áreas de vários postos no Interior da colónia.

❖ Foi aprovada a verba necessária para a ampliação da Escola de Artes e Ofícios de Inhambane.

❖ Vai ser de novo aberto concurso para oficiais telegrafopostais da colónia de Moçambique.

❖ Vão ser tributados com 10 0/0 os prémios de seguros feitos pelas companhias de seguros na área do distrito de Lourenço Marques, com o fim de contribuir para as despesas que a referida Câmara fez com o serviço de incêndios.

❖ A Direcção da União dos Agricultores do Natal aprovou a seguinte moção de protesto contra a convenção de Moçambique

com a União, a fim de ser apresentada ao congresso anual das Uniões dos Agricultores em Capetown no mês corrente:

«Este congresso pede em termos enérgicos uma revisão da actual Convenção de Moçambique, que se faz sentir pesadamente sobre os produtores de fruta e outros produtos agrícolas. É também advogado que seja prestada atenção aos indígenas da União que, em virtude do grande número de trabalhadores portugueses empregados sob contrato nas minas, estão impossibilitados de obterem emprego».

❖ Os serviços dos Caminhos de Ferro anunciam que as carreiras de camionagem-automóvel entre Lourenço Marques e Blazi só serão efectuadas de futuro quando houver afluência de passageiros. Foram estabelecidas duas carreiras diárias, de ida e volta, entre Lourenço Marques e Vila Luiza. A carreira diária para a Manhica não sofreu alteração.

❖ O sr. Ministro das Colónias mandou ouvir as estações competentes acerca duma proposta que lhe foi apresentada para o transporte pela via aérea da mala postal entre a metrópole e Lourenço Marques. As malas deverão seguir no "Sud-Express" para Paris levando 12 dias para as referidas malas depois da saída de Lisboa serem entregues em Lourenço Marques.

❖ Por não ter cumprido as disposições da lei que regula a percentagem dos empregados portugueses em relação aos estrangeiros foi multada em 10 contos de réis a firma Amed Moty & C.ª com sede em Lourenço Marques.

❖ Vão ser modificados os estatutos da Caixa de Aposentações e Pensões dos funcionários da colónia de Moçambique.

❖ A produção do açúcar branco, durante o actual ano cultural, das fábricas açucareiras da colónia de Moçambique, com excepção de Manica e Sofala, está calculada em 60.000 toneladas.

❖ O governo de Moçambique propôs ao sr. Ministro das Colónias a redução do quadro dos inspectores ferroviários.

❖ Por proposta do governo de Moçambique foi aumentado o quadro da Direcção dos Portos e caminhos de ferro da colónia com mais três chefes de secção de via, um sub-chefe de depósito de máquinas e dois maquinistas de 2.ª classe.

❖ Regressou a Lourenço Marques o engenheiro sr. Pinto Teixeira, director geral dos portos de caminho de ferro da colónia de Moçambique, que andou a inspecionar os caminhos de ferro da referida colónia, e a proceder ao estudo de novas linhas.

Foi nomeado vogal do Conselho de Administração dos referidos caminhos de ferro o antigo administrador de circunscrição sr. Barros Gomes.

Índia

O governo da Índia Portuguesa resolveu mandar edificar mais doze edifícios para instalação de escolas primárias, tendo aberto concurso público para a sua construção.

❖ No porto de Mormugão vai ser instalada uma Estação Sanitária Marítima, sob a direcção dum médico.

❖ Vão ser introduzidas várias modificações no diploma legislativo da Índia, que trata do inquilinato naquele Estado, entre elas as que obrigam os senhorios a passar recibos aos inquilinos estabelecendo várias penalidades aos que não cumpram esta disposição, bem como aqueles que ponham nesses recibos rendas inferiores às que recebem; por esta falta também serão castigados os próprios inquilinos.

❖ O Governo Geral da Índia propôs para no Corpo de Polícia e Fiscalização daquele Estado, seja montado um gabinete antropométrico pelo sistema bactiloscópio para identificação de criminosos.

Macau

O governo de Macau pediu autorização para utilizar a titulo de experiência a via área Cantão-Xangai nas malas postais destinadas a Xangai e outros pontos do Interior da China. A duração da travessia é de três dias incluindo a via marítima Macau-Cantão.

❖ Para utilização da via área Cantão-Xangai para a expedição das malas postais, os correios de Cantão exigem 5 francos-ouro por 100 gramas ou fracção, devendo, portanto, a taxa a aplicar em Macau ao público ser de 70 ávos.

❖ O sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do governo de Macau para ser aumentado o pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública, aumento que será de 120 homens.

❖ A Santa Sé nomeou arceidiago da Sé Catedral de Macau o cônego sr. Augusto de Arriaga Brum da Silveira

❖ Colaborando nas medidas recentemente promulgadas pelo sr. Ministro das Colónias sobre a protecção aos produtos e manufacturas das colónias portuguesas, o governo de Macau determinou a isenção do imposto de consumo do tabaco manipulado importado das colónias.

«Chegou a Macau o contingente do exército metropolitano comandado pelo capitão sr. Marques da Costa, que vai completar a guarnição militar daquela colónia.

Timor

O «Diário do Governo» publicou ontem, com o n.º 23.323, e seguinte decreto:

«Tendo em atenção o que dispõem os artigos 13.º e 26.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 23.229:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º A colónia de Timor compreende administrativamente o concelho de Dili e sete circunscrições civis.

§ único. O governador de Timor fixará em diploma os nomes, áreas e sedes das novas circunscrições, assim como o número de postos civis, com os seus nomes, áreas e sedes em que aquelas forem subdivididas.

Art. 2.º Enquanto não forem fixados os vencimentos dos funcionários do quadro administrativo de Timor observar-se-á o seguinte:

1.º O administrador do concelho de Dili perceberá os vencimentos orçamentados para o comandante militar de Cova Lima, além da gratificação que normalmente lhe é abonada pela comissão urbana de Dili;

2.º Os administradores de circunscrições de 2.ª classe perceberão os vencimentos orçamentados para os comandantes militares de Bobonaro, Hato-Lia e Motael e para o administrador de Baucau;

3.º Os administradores de circunscrição de 3.ª classe perceberão os vencimentos orçamentados para os comandantes militares de Lauten e Okussi e administrador de Manatuto;

4.º Os secretários de circunscrição chefes de posto e aspirantes administrativos serão abonados os seguintes vencimentos pelas disponibilidades dos capítulos 4.º e 8.º do orçamento em vigor:

Secretário de circunscrição, vencimento de categoria.....	\$ 2.133.00
Chefe de posto, vencimento de categoria.....	\$ 1.866.00
Aspirante administrativo, vencimento de categoria.....	\$ 1.066.00

§ único. O director dos serviços de administração civil, os secretários de circunscrição, chefes de posto e aspirantes administrativos em serviço na Direcção dos Serviços de Administração Civil perceberão vencimentos identicos aos que actualmente estão orçamentados, respectivamente, para o chefe de repartição, primeiro oficial, segundo oficial e aspirante.

Art. 3.º Provisoriamente o quadro administrativo da colónia terá a seguinte constituição.

1 director dos serviços de administração civil, com a categoria de intendente de distrito.

1 administrador do concelho de Dili — administrador de circunscrição de 2. classe.

4 administradores de circunscrição de 2.ª classe.

3 administradores de circunscrição de 3.ª classe.

10 secretários de circunscrição.

33 chefes de posto.

10 aspirantes administrativos».

«É o seguinte o texto do decreto n.º 23.266, ontem publicado:

«Tendo em atenção os princípios recentemente adoptados na Carta Orgânica do Império, no que respeita à administração financeira colonial, e as presentes condições da Fazenda de Timor.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do art. 108.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o artigo 1.º do decreto n.º 15.852, que retirou a Timor a autonomia financeira.

Art. 2.º O orçamento de Timor será de futuro elaborado na colónia, nos termos gerais aplicáveis da Carta Orgânica do Império».

Informações Coloniais do Estrangeiro

Por decreto de 5 de Novembro foram as colónias, protegidos e mandatos autorizados a levantar uma taxa de 90 frs, por 100 kg. de cacau nas exportações destinadas à França. Os para o estrangeiro em valor igual às suas remessas para França, serão isentos destes direitos.

HANOI, 29 — O Governador da Índochina francesa, Pasquier, pronunciou nesta cidade um discurso em que historicou os esforços coloniais franceses para fazer da Índochina um grande e moderno

país. «A Índochina — afirmou — continua a dar o consolador exemplo, ao mundo asiático, dum país calmo e perfeito. Os benefícios da obra realizada pela França — prosseguiu — estão patentes materialmente, na vida barata, realização de vastas obras públicas, na utensilhagem económica da Índochina, nos novos mercados que a França lhe abriu, etc., espiritualmente, na ordem mais absoluta. O governo disse — não deixou de cumprir um só dos seus deveres. A repressão dos mofins foi enérgica, mas legal. Já nos tribunais não há processos pendentes contra os discólos e quero crer que a pacificação realizada, seja duradoura. Os teóricos imbuídos de doutrinas estrangeiras — concluiu — deixaram de ter aqui campo propício às suas manobras». — (Havas).

PARIS, 26 — A secção da Índochina da União Colonial Francesa reuniu para estudar vários problemas que interessam a colónia, tendo sido trocados pontos de vista sobre a ameaça de aumento dos direitos de importação do arroz na China, bem como sobre as negociações que se estão efectuando entre este país e a Índochina. Também foram expostas as condições da concorrência japonesa e sobre as observações feitas, a este respeito. A Comissão Internacional Algodoeira e a Federação Internacional da Seda tendo sido decidido redigir um relatório encarando o assunto debaixo do ponto de vista indo-chinês e em relação a todos os produtos que interessam a colónia. — (Havas). (Especial).

MARSELHA, 10 — O governador geral de Madagascar, Cayla, chegou esta manhã a França a bordo do paquete «Marechal Joffre». Esperavam-no no cais todas as autoridades marítimas e altos funcionários da administração colonial. Entrevistado por um representante da Havas, declarou que estava satisfeito com o estado de adiantamento em que se encontrava a grande colónia, e que esperava ver terminados no ano próximo todos os trabalhos do cais de Tamaleve e os começados há pouco no porto de Majunga. Afirmou que as construções de caminho de ferro se têm desenvolvido extraordinariamente e que a rede de estradas é hoje considerada como a melhor, talvez, de todo o Império colonial francês. É assim que Diego Suarez está já em completa ligação com Majunga.

O governador aludiu depois às varias transformações urbanas e disse que Majunga — que era antes uma das mais pobres cidades de África Oriental — é hoje uma das mais captivantes, assim como Tananarive, que se refez das suas ruínas produzidas pelo ciclone de 1927 e que é hoje uma das mais belas cidades de Madagascar. E Naranosoa, na extremidade dos altos planaltos, desenvolve-se e é hoje uma cidade moderna. Foi aberto no principio deste ano, em Tananarive, um Instituto de Higiene, com novos laboratórios do Instituto Pasteur, que lutam poderosamente contra as enfermidades contagiosas.

Os trabalhos realizados sobre os fundos do empréstimo, têm contribuído para manter a necessária actividade, neste perigoso período de crise. Não só os cultivadores indígenas, como os colonos europeus, encontraram na variedade dos recursos da colónia os necessários factores para o ressurgimento desta. O prolongamento da crise fez baixar a 1/3 a tonelagem das transacções entre colónias, mas nos três primeiros trimestres de 1933 registou-se um aumento sensível no comércio exterior. — (Havas). (Especial).

A-pesar-da crise que assoberba o mundo, as estatísticas oficiais dizem-nos que o movimento comercial entre a França e as suas Colónias tem aumentado.

Assim, nos dois primeiros meses do corrente ano, a França movimentou 2.143.826 milhões de francos com as suas Colónias contra 1.887.249.000 francos em igual período de 1932. As importações elevaram-se a 1.123.776 milhões de francos e as exportações a 1.020.060 milhões de francos.

A África do Norte movimentou 1.593.670.000 francos, sendo 816.983.000 de exportação e 766.687.000 de importação.

A Algeria figura à cabeça com 674.031.000 francos de exportação e 328.873.000 francos de importação, seguindo-se-lhe: Marrocos, 109.481.000 francos de importação e 70.596.000 de exportação; a Tunísia, com 109.333.000 de importação e 71.096.000 de exportação; a Índochina, com 79.463.000 de importação e 83.679.000 de exportação; a Madagascar, com 47.064.000 de importação e 52.783.000 de exportação; a África Oriental Francesa, com 44.061.000 de importação e 53.418.000 de exportação; sendo a diferença relativa às outras colónias.

Por esta relação vemos que só duas colónias importaram mais do que exportaram: Marrocos, Tunísia; em três colónias, Índochina, Madagascar e A. O. F., os valores contrabalançaram-se; e a Algeria é que exportou 145.158.000 francos mais do que importou.

Madagascar exportou no último ano, em números redondos, as seguintes qualidades de géneros: 40.000 toneladas de mandioca; 12.000 de café; 6.500 de carnes e conservas de carne; 6.000 de arroz; 6.000 de milho; 6.000 de rafia; 5.000 de coiros; 3.000 de tapioca; 3.000 de tabaco e 2.500 de cravinho.



PARIS, 6 — Foi decidido proceder-se à emissão de novos empréstimos coloniais até à concorrência de 250 milhões por colónia. Os empréstimos serão emitidos em obrigações de 5 1/2 por cento dum valor nominal de 1.000 francos. — «Havas».



PARIS, 6 — A Comissão de Colónias da Câmara dos Deputados reuniu hoje e ouviu uma longa exposição de Dalimier sobre a situação da Índia-China. Depois de responder a várias perguntas dos vários membros da Comissão, o Ministro disse ser sua intenção resolver rapidamente a questão política, económica, financeira e monetária da grande colónia do Oriente. — «Havas». (Especial).

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Setembro, segundo informação ao Banco Nacional Ultramarino, do seu correspondente em Londres, foram os seguintes:

Amendoim — África Oriental: — Mercado bastante frouxo não nos constando haver quaisquer ofertas da origem. A safra está a findar e, na falta de transacções, indicamos o valor nominal da tonelada do amendoim desta proveniência cif. portos opcionais a £ 9,5.- para embarque durante Dezembro/Janeiro.

Gergelim — África Oriental: — Não há ofertas de negócio algum, continuando o mercado bastante quieto. O gergelim branco ou amarelo, cif. portos opcionais, vale nominalmente cerca de £ 10,15.- por tonelada.

Semente de algodão — África Oriental: — Nada há a reportar sobre os movimentos da semana. Os compradores não mostram o mínimo interesse e o valor actual não excede £ 4/£4 1/2 por tonelada entregue fora do navio em Liverpool.

Ricino — África Oriental: — Não há actividade de espécie alguma e as cotações são nominais. Embarque durante Nov/Dez. ou Dez/Janeiro para Antuérpia £ 8 3/4; para Hull £ 9,5.- cif.

Linhaça — África Oriental: — A semelhança dos demais mercados este também está fraquíssimo, cotando-se nominalmente a tonelada cif. porto do Reino Unido a £ 9,5.-.

Mafurra — África Oriental: — Mercado parado cotando-se nominalmente, na falta de transacções, a £ 3,10.0 por tonelada cif. Marselha.

Coconote: — Um pouco mais enfraquecido, com vendedores de Nov/Dezembro e Dezembro/Janeiro a £ 8,5.9 e compradores a £ 8,1.3. — Partidas em viagem venderam-se a £ 8,5.-.

Óleo de Palma: — Mercado mais ou menos regular com tendência depreciativa, cotando-se Lagos, para embarque, £ 15,5.-, Brandos, disponíveis, (vendedores) £ 14,5.-, Nov/Dezembro £ 14; Médios, para embarque, vendedores, £ 15 e Sherbro Vermelho £ 14 a £ 14,5.-.

Sisal — África Oriental: — Depois de umas semanas de pouca actividade o mercado voltou a animar registando-se uma apreciação dos valores. Fizeram-se transacções em N.º 1 f. a. q. (qualidade média regular) embarque Dez/Fev. a £ 16,7.6 o Janeiro/Março £ 16,10.0/£16,12.6. O N.º 2, também f. a. q., vale cerca de 10/- menos por tonelada e o N.º 3 £ 1.

Estôpa — África Oriental: — Não há a reportar qualquer alteração nos valores, cotando-se a tonelada da N.º 1 em viagem e para embarque imediato a £ 12,10.0 cif.

Algodão — África Oriental: — Em consequência das indicações dadas pelo Ministro da Agricultura dos Estados Unidos sobre a próxima colheita, saltando uma redução um tanto ou quanto considerável, os diferentes mercados estão activos e a tendência é apreciativa. Fecho do mercado de Liverpool, em 15/11/33: Médio Americano (Padrão): — disponível 5,24; Novembro 4,98; Dez. 4,97; Jan. 4,98; Março 5; Abril 5,01; Maio 5,02; Junho 5,05; Agosto 5,06; Set. 5,06; Out. 5,07 e Nov. 5,08.

Copra: — Mercado quieto mas mais ou menos firme, cotando-se a FMS do Moçambique, disponível, a £ 9,10.0, Straits FMS, Nov. £ 10,1.3 vendedores para Rotterdam; Ceilão FMS para 5 portos, embarque em Nov., £ 10,15.- cif., Filipinas FMS £ 8,17.6., FM Straits para Marselha (vendedores) £ 8,12.6., e Manila FMS £ 8,5.-, cif.

Borracha: — O mercado tem estado bastante activo, mas, é claro, a situação do dollar dos Estados Unidos da América afecta

-o muito visto a maioria dos operadores mostrar pouca vontade de transaccionar. O câmbio sobre Nova York nestes últimos dias varia de um momento para o outro; portanto, não é para extranhar que os operadores mostrem bastante reserva e até mesmo evitem fechar contractos. Fecho do mercado, em 15/11/33: — Folha de plantação (Padrão): — disponível 4 1/8; Jan/Março 4 3/16; Abril/Junho 4 9/32 e Julho/Setembro 4 4 3/8. Movimento dos portos, na semana finda em 11/11/33; Londres: — 546 toneladas entregas 885 — existência 36.881 — Liverpool: — importação 464 — entregas 464 — existência 52.818 toneladas.

Cacau: — O mercado continua bastante quieto e os últimos leilões decorreram pouco animados. Para embarque: — Superior da Baía 22/-cif., S. Tomé 24/-cif., Trindade 25/-a 26/-; Época Aribba 40/- e Costa Rica 23/9 cif.

Café: — Mercado quieto mas firme, cotando-se o Superior de Santos e o N.º 7 do Rio a 40/- e 34/- o cwt c & f.

Milho — África Oriental: — Por não haver ofertas de milho branco de qualquer parte d'África é-nos impossível dar qualquer indicação por muito aproximada que seja do valor actual do N.º 2 de Moçambique.



O Movimento Nacional Pró-Colónias, representado pelo seu órgão executivo — O Comité Central de Conciliação das Raças Portuguesas e a Junta Nacional Africana — oficiou ao sr. Ministro das Colónias agradecendo-lhe a publicação dos últimos diplomas, que vão aumentar a grande e vasta obra colonial que o mesmo titular vem desenvolvendo na sua pasta, destacando dessa obra monumental, além a Carta Orgânica a quele que autoriza o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos para reforço do Fundo de Manueio em Angola, destinado a acelerar as transferências para pagamento de mercadorias de produção nacional e os seus fretes, medida esta que há tanto tempo era desejada pelas forças económicas angolanas; o que aprova o projecto de irrigação de 30.000 hectares de terreno no Alto Limpopo, em Moçambique, e o que determina a construção do caminho de ferro Xinavane-Limpopo, acrescentando que a acção de S. Ex.ª é a melhor homenagem prestada a todos os filhos legítimos das colónias, que pelo seu trabalho e esforço à causa pública prestam toda a soma de energias e dedicações. Também elogia o sr. dr. Armindo Monteiro, pela criação das casas da metrópole em Luanda e Lourenço Marques e das casas das colónias em Lisboa e Porto, que serão um vasto campo de propaganda, dos produtos metropolitanos das colónias e dos produtos coloniais da metrópole.



Visitem

1.ª Exposição Colonial Portuguesa

Junho de 1934

PORTO



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio		Índice-médio	Outubro	Outubro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.636	1.795	1.119

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Setembro de 1933 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	581.006	2.032.329	—	—	4.745.803	1.647.307
Banco do Comércio e Ultramar.	60.561	217.044	1.076.989	1.046.362	342.042	1.111.173
Banco N. Ultramarino (Sede)	4.215.016	671.742	70.132.029	63.481.773	43.686.980	61.484.738

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1933 15 de Outubro
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	30\$00
Cacau paiol	»	62\$00	22\$00
Cacau escolha	»	36\$00	15\$00
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	100\$00
Café de Novo Redondo	»	124\$00	46\$00
Café de Ambtiz	»	123\$00	43\$00
Café de Encoje	»	116\$00	(d) 43\$00
Café do Cazengo	»	120\$00	42\$00
Coconote	»	33\$00	13\$50
Copra	»	42\$00	15\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(e) 21\$00
Rícino	»	27\$00	17\$00
Gergelim	»	34\$00	20\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	5\$30
Cera	»	16\$00	7\$90
Cola	»	6\$00	(f) 1\$60
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(d) 1\$70
Milho	»	\$94	\$65
Coiros	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.^a qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Outubro de 1933

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1933 Outubro	1933 Janeiro a Outubro	1933 Outubro	1933 Janeiro a Outubro
Reexportação :				
Cacau	841,688	7.864.112	2.937.847\$00	20.296.676\$00
Café	675,515	2.462.290	2.129.568\$00	9.745.823\$00
Cera	36,795	945,116	413.857\$00	7.223.914\$00
Outras mercadorias	86,969	1.273,144	179.631\$00	2.225.243\$00
Total	1.640.967	12.544.662	5.660.903\$00	39.491.686\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	71,797	—	193,700\$00
Café	311,555	1.291,248	1.022.990\$00	5.637,016\$00
Cera	38,782	259,885	301.000\$00	1.690,690\$00
Óleos de palma e côco	19,170	712,014	19.400\$00	778,690\$00
Outras mercadorias	566,775	2.615,189	682,440\$00	3.703,012\$00
Total	936,282	4.950,133	2.025,830\$00	12.009,108\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Setembro de 1933

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	336,297	118,898	2.183,233	—	—	—
Açúcar	12.678,065	—	—	34.552,102	—	—
Café	2.731,811	16,026	—	540	195,939	325
Trigo em grão	7.132,028	—	—	—	—	—
Peleas em bruto	594,190	18,084	146,559	87,946	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	299,067	—	—	1.136,446	—	5,070
Sementes oleaginosas	4.931,559	1.671,049	17.718,791	1.314,378	3.552,849	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	6,592	340	415	9,709	369	1,888
» da Madeira	553	—	—	113	—	—
» comuns tintos (decalitros)	517,006	17,571	66,733	406,956	43,181	16,606
» » brancos (decalitros)	118,373	3,842	10,060	369,781	5,015	2,363
» licorosos (decalitros)	6,353	1,414	339	2,548	165	9,946
Conservas de vegetais	161,111	2,969	17,231	220,298	8,551	19,174
Sardinhas em salmoura	1,216	57	—	1,259	—	414
Conservas de sardinha	41,103	1,724	12,675	185,924	5,451	7,048
Conservas de peixe	1,999	—	755	11,110	264	—
Cortiça em rolhas	650	198	66	1,126	66	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 de Novembro		15 de Dezembro	
						C.	V.	C.	V.
—	30\$00	17-10-1927	1926	L.	14\$67	—	—	30\$00	—
115\$00	100\$00	25-6-1933	1932	L.	7\$00	—	60\$00	67\$00	70\$00
105\$00	75\$00	11-3-1930	1929	L.	20\$00	—	—	66\$00	70\$00
280\$00	190\$00	19-4-1933	1932	L.	11\$15	—	—	290\$00	295\$00
50\$00	20\$00	15-7-1929	1928	£	0-3-2 2/5	—	—	—	—
12\$00	8\$50	—	1927	—	—	—	—	—	—
48\$50	41\$00	11-7-1929	1928	£	0-0-0,6	41\$20	41\$70	41\$50	44\$00
46\$50	40\$50	11-7-1929	—	£	0-0-0,6	—	—	40\$00	—
181\$00	10\$00	1-4-1933	1932	L.	10\$00	—	—	—	—
154\$00	135\$00	18-4-1933	1932	L.	7\$00	144\$00	148\$00	106\$00	107\$00
15\$00	10\$00	2-6-1930	1928-29	L.	\$99	—	—	—	—

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

COM O CAPITAL DE ESC. 220.000.000\$00

— — —

DIREITO EXCLUSIVO DE PESQUIZA E EXTRACÇÃO DE
DIAMANTES NA PROVÍNCIA DE ANGOLA, POR CON-
CESSÃO DO RESPECTIVO GOVÉRNO

— — —

Sede Social: LISBOA, RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º-Teleg.: DIAMANG

ESCRITÓRIOS EM BRUXELAS, LONDRES E NOVA YORK

— — —

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS
MR. FÉLICIEŒ CATTIER

ADMINISTRADOR-DELEGADO
ERNESTO DE VILHENA

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

REPRESENTANTE

CORONEL ANTÓNIO BRANDÃO DE MELLO

CAIXA POSTAL 347—TELEG.: DIAMANG

LUANDA

ENGENHEIRO-CONSULTOR
MR. H. T. DICKINSON
DUNDO
LUNDA

DIRECTOR TÉCNICO
MR. L. J. PARKINSON
DUNDO
LUNDA